

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ**  
**Departamento de Arquitetura**

**Maria Eduarda de Mello Porto**

**ROTA E MUSEU DA CACHAÇA DE PARATY: memória das construções e  
ruínas de engenho**

**Taubaté**  
**2020**

**Maria Eduarda de Mello Porto**

**ROTA E MUSEU DA CACHAÇA DE PARATY: memória das construções e  
ruínas de engenho**

Relatório de Pesquisa para o desenvolvimento  
do Trabalho de Graduação em Arquitetura e  
Urbanismo na Universidade de Taubaté,  
elaborado sob orientação do Prof. Me.  
Benedito Assagra Ribas de Mello.

**Taubaté  
2020**

Dedico este trabalho aos meus antepassados e minha amada Paraty, que me deixaram este legado. E a todos que de alguma forma contribuíram para essa rica história, dando-me a possibilidade de hoje redigir esse trabalho de conclusão de mais uma etapa da minha vida e sendo início de mais uma caminhada.

## AGRADECIMENTOS

Um brinde ao meu orientador Benedito, por ele minha eterna gratidão por todo ensinamento, conversas e parceria desde o primeiro ano, em meio as histórias de Minas Gerais, que resultou em me acolher como filha e me guiou neste trabalho de grande representatividade para minha caminhada.

Um brinde a todos os professores por praticarem um gesto tão nobre, ensinar a nós não só o que diz respeito a arquitetura física, mas a arquitetura que rege vidas, conhecimento, respeito, e nos gerar reflexões de consciência, e cuidado ao próximo. Agradeço principalmente, por todo cuidado, carinho e respeito que sempre me trataram, e me ajudaram a tomar decisões com o os pés no chão. E em especial, ofereço uma dose de cachaça ouro ao professor José Oswaldo que viu na minha curiosidade de menina, o potencial para uma pesquisa com tema que é sinônimo de amor para mim, e que parte dela resultou neste trabalho.

Um brinde ao meu mentor paratiense, Diuner Mello, dono de um saber incrível e de uma memória que contem cada pedacinho da história de Paraty, aquele que relata os melhores causos e que és minha inspiração na pesquisa histórica.

Um brinde aos amigos e colegas que a vida se encarregou de me apresentar ao longo dos anos, cada um sabe o quão importante és para mim, não seria justo citar um ou outro [mas a senhora Boche tem sim que ser citada, gratidão universo por esse serzinho gigantesco] aqueles que viraram noites, se desesperaram, se desentenderam, mas que crescem junto a mim, e que embarcam no meu barquinho de papel, a fim de sempre me incentivar com muito otimismo, um brinde mais que especial, vocês são peça fundamental nesse alambique que rege minha vida.

Um brinde a todos que colaboraram e colaboram de alguma forma com a arte da cachaça, e história de Paraty. A cada qual, que me contou um pouquinho do que sabe, que ouviu de pais, avós, esse trabalho foi possível por vocês, gratidão por todos.

Um brinde aos amigos, Amaury, Diego, Johannes e Rita por me abrirem as portas dos respectivos acervos, o qual estão responsáveis, IHAP (Instituto Histórico e Artístico de Paraty), Biblioteca Municipal Fábio Villaboim, UFF (Universidade Federal Fluminense) e Escritório do IPHAN na Costa Verde, e por todo apoio e incentivo de sempre.

Um brinde ao meu primo, Filipe Porto, que me ajudou e apaixonou-me pela metodologia que segui, e pretendo levar adiante para futuros trabalhos.

E por fim e mais importante, um brinde especial aos meus pais, irmã e familiares que sempre estiveram ao meu lado e proporcionaram uma criação rica de histórias, parceria e liberdade de expressão.

A todos vocês que são a minha cachaça, minha eterna gratidão e uma dose de amor!

“A história é uma ciência humana. Isso quer dizer que ela tem certa relatividade dependendo muito da visão do historiador. A história tem uma lógica, tem normas, tem um processo, portanto, tem uma objetividade.” (BORIS FAUSTO, 2002)

## RESUMO

Este trabalho toma como objeto central oito fazendas produtoras de aguardente no município de Paraty, compreendendo o recorte temporal do século XVIII ao século XX. Por meio da análise histórica da economia rural local, verifica-se a hipótese de que há resquícios históricos da produção de aguardente tendo potencial de contribuir para a economia e turismo local, mas dado as condições atuais de mal uso da infraestrutura, torna-se impossível consubstanciar essa hipótese. Nesse sentido, o trabalho terá como resultado apresentar novas formas de utilização da infraestrutura para atender o potencial de contribuição para diversos setores do município, como a valorização da cultura canavieira, economia rural e o turismo cultural.

**Palavras-chave:** Rota Turística. Engenhos. Memória. Materialidade. Imaterialidade.

## RELAÇÃO DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de influência do turismo. ....	27
Figura 2 - Mapa zoneamento – Z1.....	35
Figura 3 – Mapa de Zoneamento – Z2.....	35
Figura 4 - Croqui antiga casa.....	41
Figura 5 - Croqui da intervenção .....	41
Figura 6 - Corte do projeto já executado.....	43
Figura 7 - Corte do projeto já executado.....	44
Figura 8 - Localização da área de estudo.....	52
Figura 9 – Limite e divisas de município.....	53
Figura 10 – Mapa de população na área de estudo.....	55
Figura 11 – Mapa de acessos – rodovias e hidrografia – Z1.....	56
Figura 12 - Topografia Z1 .....	57
Figura 13 – Mapa de acessos – rodovias e hidrografia – Z2.....	58
Figura 14 – Topografia Z2 .....	59
Figura 15 – Mapa de análise de equipamentos urbanos.....	60
Figura 16 – Curvas de avaliação da resistência do aço patinável.....	62
Figura 17 – Utilização de aço patinável.....	63
Figura 18 – Vidro Cebrace Emerald .....	64
Figura 19 – Estudo de ventilação e insolação .....	65
Figura 20 – Fluxograma rota turística.....	66
Figura 21 – Fluxograma pavimento térreo do museu .....	66
Figura 22 – Fluxograma pavimento superior do Museu .....	67
Figura 23 – Rótulo Aguardente de Cana Vamos Nessa.....	69
Figura 24 – Fotografias Fazenda Boa Vista - 1976 .....	70
Figura 25 – Fotografias atuais Fazenda Boa Vista .....	72

Figura 26 – Rótulo Aguardente de Cana Rosa .....	75
Figura 27 – Fotografias atuais Fazenda Engenho D’água .....	76
Figura 28 – Planta de situação Fazenda da Serraria .....	78
Figura 29 – Rótulo Aguardente de Cana Serraria.....	79
Figura 30 – Fotografia atual da Fazenda Serraria .....	80
Figura 31 – Planta de situação Fazenda do Fundão.....	82
Figura 32 – Medalha em honra a aguardente Azuladinha do Peroca .....	83
Figura 33 – Rótulo Aguardente Azulada do Peroca .....	83
Figura 34 – Fotografia Fazenda do Fundão.....	84
Figura 35 – Fotografias atuais Fazenda do Fundão .....	84
Figura 36 – Planta de situação Fazenda Itatinga .....	86
Figura 37 – Rótulo Parati de Cana Roxa Itatinga .....	87
Figura 38 – Fotografias atuais Fazenda Itatinga.....	88
Figura 39 – Planta de situação Fazenda Bom Retiro .....	90
Figura 40 – Fotografias Fazenda Bom Retiro .....	92
Figura 41 – Fotografias atuais Fazenda Bom Retiro .....	93
Figura 42 – Planta de situação Fazenda Bananal.....	95
Figura 43 – Rótulo Aguardente dMurycana.....	96
Figura 44 – Fotografias anterior ao restauro Fazenda Bananal.....	97
Figura 45 – Fotografias atuais da Fazenda Bananal .....	98
Figura 46 – Planta de situação Fazenda Nossa Senhora da Conceição .....	100
Figura 47 – Fotos Fazenda Boa Vista - 1966 .....	102
Figura 48 – Fotografias atuais Fazenda Nossa Senhora da Conceição.....	104
Figura 49 – Implantação museu.....	106
Figura 50 – Planta pavimento térreo museu.....	107
Figura 51 – Planta pavimento superior museu .....	107

Figura 52 – Corte transversal museu .....	108
Figura 53 – Fachada Noroeste Museu.....	108
Figura 54 – Fachada Sudoeste Museu.....	109
Figura 55 – Fachada Sudeste Museu .....	109
Figura 56 – Fachada Noroeste Museu.....	110
Figura 57 – Perspectiva do museu .....	110
Figura 58 – Perspectiva do museu .....	111
Figura 59 – Planta modelo armazém .....	113
Figura 60 – Corte Longitudinal Armazém .....	113
Figura 61 – Corte Transversal Serviços.....	114
Figura 62 – Perspectiva do armazém .....	114
Figura 63 – Planta Modelo Serviços.....	115
Figura 64 – Corte Longitudinal Serviços .....	115
Figura 65 – Corte Transversal Serviços.....	116
Figura 66 – Perspectiva Serviços.....	116

## RELAÇÃO DE TABELAS

Tabela 1 - Subsídios da aguardente .....	12
Tabela 2 – Quantidade de engenhos de aguardente .....	13
Tabela 3 – Produção de Aguardente .....	13
Tabela 4 – Exportação de Aguardente .....	14
Tabela 5 – Pontos positivos e negativos da infraestrutura do turismo .....	26
Tabela 6 – Potenciais x problemáticas = possibilidades .....	61
Tabela 7 - Avaliação da resistência do aço patinável. ....	63

## RELAÇÃO DE IMAGENS

Imagem 1 - Passarelas.....	42
Imagem 2 - Passarelas.....	42
Imagem 3 - Vista do Mirante.....	43
Imagem 4 - Fachada da Igreja de São Miguel, entre 1925 e 1927 .....	45
Imagem 5 - Interior da Igreja de São Miguel, entre 1925 e 1927.....	45
Imagem 6 - Vista aérea de parte do complexo pós intervenção. ....	46
Imagem 7 - Interior da igreja pós intervenção.....	47
Imagem 8 - Inferno da roda d'água.....	48
Imagem 9 - Vista posterior casarão .....	49
Imagem 10 - Perspectiva fachada .....	49
Imagem 11 - Detalhe Alpendre.....	50
Imagem 12 - Detalhe telhado .....	50
Imagem 13 - Salão de armazenamento .....	51
Imagem 14 - Vista do mar.....	51

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	1
1.1 OBJETIVO GERAL .....	1
1.1.1 Objetivos específicos .....	2
1.2 RELEVÂNCIA DO TEMA E JUSTIFICATIVA .....	3
2. BRASIL .....	5
2.1 ONDE TUDO COMEÇOU .....	5
2.2 CACHAÇA .....	6
2.2.1 A origem da Cachaça .....	7
3. PARATY .....	10
3.1 POVOAMENTO .....	10
3.2 DA REVOLTA A AUTONOMIA .....	11
3.3 DESCOBERTA DO OURO .....	11
3.4 A PARATI SE PROPAGA .....	12
3.5 SÉCULO XIX .....	15
4. TIPOLOGIA DE ENGENHOS .....	18
4.1 O ENGENHO MONOCULTOR CANAVIEIRO .....	18
4.1.1 Implantação .....	18
4.1.2 Terreiro .....	18
4.1.3 Partido aberto .....	19
4.1.4 Partido único .....	19
4.1.5 Casa Grande .....	19
4.1.6 Capela .....	20
4.1.7 Senzalas .....	20
4.1.8 Engenho .....	21
4.1.9 Outras edificações .....	21

4.2 O ENGENHO POLICULTOR CANAVIEIRO .....	21
4.2.1 Implantação .....	21
4.2.2 Partido único.....	22
4.2.3 Casa-Grande .....	22
4.2.4 Engenho e Senzala .....	22
5. PATRIMÔNIO .....	23
5.1 Patrimônio material .....	23
5.2 Patrimônio imaterial .....	23
5.3 Ruínas .....	24
6. TURISMO .....	25
6.1 DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE PARATY .....	26
7. ROTEIRO TURÍSTICO.....	28
8. MUSEU .....	29
8.1 ACESSIBILIDADE .....	29
9. METODOLOGIA .....	31
10. LEGISLAÇÃO – PLANO DIRETOR.....	34
10.1 DIRETRIZES DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL .....	34
11. CARTAS PATRIMONIAIS .....	36
11.1 CARTAS DE ATENAS – 1931 / 1933.....	36
11.2 CARTA DE VENEZA – 1964 .....	37
11.3 CARTA DO RESTAURO – 1972.....	37
11.4 CARTA DO TURISMO CULTURAL – 1976 .....	38
12. PLANO DE MANEJO DA APA CAIRUÇU 2005 E 2018 .....	39
13. REFERÊNCIAS PROJETUAIS .....	40
13.1 PARQUE DAS RUÍNAS SANTA TERESA – RJ.....	40
13.2 SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE SÃO MIGUEL DAS MISSÕES - RS .....	45

14. VISITA TÉCNICA .....	48
14.1 FAZENDA BOA VISTA.....	48
15. ÁREA DE ESTUDO.....	52
15.1 MUNICÍPIO DE PARATY .....	53
15.1.1 Relevo .....	54
15.1.2 Hidrografia .....	54
15.1.3 Clima e Temperatura.....	54
15.1.4 População .....	54
16. LEVANTAMENTOS.....	56
16.1 ZONA 1.....	56
16.1.1 Acessos.....	56
16.1.2 Topografia .....	57
16.2 ZONA 2.....	58
16.2.1 Acessos.....	58
16.2.2 Topografia .....	59
16.3 EQUIPAMENTOS URBANOS .....	60
17. PONTENCIAIS X PROBLEMÁTICAS.....	61
19. MATERIAIS.....	62
19.1 AÇO PATINÁVEL [AÇO CORTEN].....	62
19.1.1 Características.....	62
19.1.2 Utilização .....	63
19.1.3 Vantagens .....	63
19.2 VIDRO CEBRACE EMERALD.....	64
19.2.1 Característica .....	64
19.2.2 Utilização .....	64
19.2.3 Vantagens.....	64

20. PLANEJAMENTO PROJETUAL.....	65
20.1 FAZENDAS .....	68
20.1.1 Fazenda Boa Vista .....	68
20.1.2 Fazenda Engenho D'água .....	74
20.1.3 Fazenda Serraria .....	78
20.1.4 Fazenda do Fundão .....	82
20.1.5 Fazenda Itatinga.....	86
20.1.6 Fazenda Bom Retiro .....	90
20.1.7 Fazenda Bananal.....	95
20.1.8 Fazenda Nossa Senhora da Conceição.....	100
20.2 MUSEU DA CACHAÇA DE PARATY .....	106
20.2.1 Implantação .....	106
20.2.2 Planta.....	107
20.2.3 Corte.....	108
20.2.4 Fachadas .....	108
20.2.5 Perspectiva .....	110
20.2.6 Anfiteatro .....	111
20.3 ROTA TURISTICA.....	112
20.3.1 Mapa roteiro .....	112
20.3.2 Projeto armazém .....	113
20.3.3 Serviços .....	115
20.3.4 Passarelas .....	117
20.3.5 Flutuantes .....	117
21. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	118
REFERÊNCIAS .....	119

# **1. INTRODUÇÃO**

A história do Brasil bem como a de Paraty se entrelaça com o surgimento e história da cachaça, produto genuinamente brasileiro que deu égide para o desenvolvimento e crescimento da economia, arquitetura e núcleos urbanos do Brasil colônia, que ainda hoje reflete no modo de vida da sociedade e de trabalho, já que o morar estava diretamente associado ao trabalho e à produção, tornando-se assim quase que auto suficientes.

Portanto este trabalho visa analisar oito fazendas que tiveram grande importância histórica e econômica para o município de Paraty, sendo elas: Fazenda Boa Vista, Fazenda Bom Retiro, Fazenda da Serraria, Fazenda do Fundão, Fazenda Engenho D'Água, Fazenda Itatinga, Fazenda Bananal e Fazenda Nossa Senhora da Conceição, produtoras de aguardente do século XVIII ao século XX, e desenvolvimentos de projetos arquitetônicos.

Foi identificada, a partir de relatos e pesquisa de campo, a falta de respaldo aos bens tombados, bem como abandono de construções e ruínas ou mal uso dos casarões que ainda se encontram erguidos.

Este trabalho pretende tornar acessível a cultura canavieira local aos moradores e turistas, conciliando um turismo sustentável e benéfico a população, resultando no resgate e propagação da memória arquitetônica, patrimonial, imaterial e paisagística dos engenhos de cachaça de Paraty, localizado no extremo oeste do litoral do Estado do Rio de Janeiro, junto à divisa do Estado de São Paulo e constituído pelas áreas da Serra da Bocaina, trecho denominado Serra do Mar.

Assim, este trabalho procura propor soluções de inventariar e desenvolver uma rota turística entre as fazendas junto a atividades para a propagação do saber, preservação, recuperação e desenvolvimento de memoriais e projetar um museu englobando áreas de conhecimento como história de Paraty através da cachaça, saberes populares e arquitetura de engenhos.

## **1.1 OBJETIVO GERAL**

O objetivo geral desta investigação é apresentar um breve estudo sobre a presença dos oito engenhos e sua contribuição histórica, cultural e econômica na construção da identidade do município de Paraty, bem como patrimônio histórico e cultural ao passar dos anos, conservar e recuperar as áreas de intervenções a partir de uma nova proposta de uso, agregando

planejamento regional, paisagístico e patrimonial que vise atender a comunidade paratiense e turistas, contribuindo para um turismo sustentável e benéfico a população.

### **1.1.1 Objetivos específicos**

- Realizar mapeamento das Fazendas: através de mapas, estudo de implantação, desenho esquemático (planta, cortes, fachada).
- Realizar levantamentos fotográficos e documentais.
- Realizar pesquisa oral.
- Realizar pesquisa sobre resquícios históricos e evolução do município através do ciclo da cachaça.
- Revalorizar e fomentar a cachaça em Paraty.
- Desenvolver um percurso entre as fazendas construindo entre eles continuidade em que se respeite as singularidades e particularidades.
- Contribuir para o resgate material como fonte de renda para a população podendo servir de fomento da economia criativa do patrimonial material local.
- Projetar espaços de infraestrutura para o percurso bem como os equipamentos de valorização cultural e serviços.
- Incorporar a arquitetura e paisagem rural no contexto histórico de Paraty.
- Contribuir para harmonia do patrimônio cultural e seus valores para com as empresas de turismo.
- Elaborar diretrizes para memorial na Fazenda Boa Vista e restaurante na Fazenda Bom Retiro.
- Planejamento projetual do Museu da Cachaça de Paraty em anexo as ruínas da Fazenda Nossa Senhora da Conceição.

Encerro a introdução com algumas perguntas que movem este trabalho, de que forma meu objeto pode contribuir social e economicamente para o município de Paraty? E culturalmente? Pode-se fazer uma relação de contribuição desse estudo ao interesse do turismo?

## **1.2 RELEVÂNCIA DO TEMA E JUSTIFICATIVA**

Um dos fatores principais para justificar a pesquisa com este tema é o forte apelo afetivo que vem de meus antepassados produtores de cachaça na antiga Fazenda Boa Vista.

Devido à forte presença da figura patriarcal presente na época, deixou-se cair em esquecimento que nossa tradição familiar vem de uma mulher, chamada Maria Emília Corrêa, herdeira da Fazenda Boa Vista, a qual uniu-se em matrimônio a José Mello, mais conhecido como “Zé do Irineu”, - referência de boa cachaça na cidade, que lhe concedeu o sobrenome “Mello” ao seu nome e das gerações seguintes. Crescendo com as histórias e sendo filha desse legado, no qual não somente a família me deixa, mas também minha amada Paraty, assumo firmemente a responsabilidade de resgatar e disseminar o conhecimento de nossa história através do olhar caiçara paratiense, com ênfase nos conhecimentos arquitetônicos que adquiri ao longo de minha jornada acadêmica.

Outro fator considerado foi importância de Paraty no ciclo da cachaça nacional, a cidade que é sinônimo de aguardente de qualidade, não possui espaços edificados que contêm a história da cachaça e os alambiques de engenho da cidade. Poucos engenhos continuaram, e a sua grande maioria se transformou em ruínas. De grande relevância é o cenário atual de Paraty, eleito primeiro sítio misto brasileiro Patrimônio Mundial pela UNESCO a ter reconhecimento como Patrimônio Cultural e Ambiental com a candidatura Paraty: Cultura e Biodiversidade. O título considera tanto a biodiversidade quanto a cultura local, que se traduz em aspectos como o modo de vida, o artesanato e a língua dos povos tradicionais da região. Esse título traz a cidade não só visibilidade, como também transforma em compromisso internacional a proteção do sítio histórico e natural.

Somando-se a isso, foi reconhecida pela UNESCO como Cidade Criativa para a Gastronomia, justamente por seus pratos típicos caiçaras e quilombola feitos com ingredientes locais como por exemplo a cachaça e da sua biodiversidade. Assim, a cidade possui potencial e demanda por espaços de cultura, uma vez que recebe durante o ano diversos eventos como: FLIP (Festa Literária Internacional de Paraty), Folia Gastronômica, Festival da Cachaça, cultura e sabores, entre outros. Sendo estes articulados com o Patrimônio Cultural e Ambiental da cidade.

Os locais descritos de estudo se encontram em grande parte deteriorados, e sem uso ou mau uso dele, por tanto a necessidade e relevância de preservá-los, e compatibilizar a essência das edificações com novos e apropriados usos para resguardar a materialidade e imaterialidade que se fazem presentes.

Por último, e não menos importante, acrescenta-se a realidade da falta de valorização da memória da economia rural do município, importante tanto quanto o uso do porto para escoamento do ouro para o Rio de Janeiro com seguimento a Portugal, e serviu para reedificar a estrutura do município pós declínio que durou do final da década de 1920 a construção da BR-101 datada entre as décadas de 1950 e 1960 que posteriormente se transformou no ciclo do turismo, que se vive até os dias atuais, juntamente com as particularidades de cada construção.

## **2. BRASIL**

Ao falarmos da cachaça involuntariamente falamos de Brasil, assim como ao falarmos do desenvolvimento do Brasil, seja ele social, econômico, cultural ou arquitetônico, passamos pelo processo do destilado genuinamente brasileiro, a Cachaça. Como tudo começou, qual caminho percorreu, sua situação atual e quais suas potencialidades é o que vamos discorrer a seguir.

### **2.1 ONDE TUDO COMEÇOU**

A história do Brasil tem seu início com a saída dos portugueses em grandes navegações no século XV, com desígnio a descoberta do novo mundo. Contavam com uma expedição muito avançada para época, com a invenção de um navio super leve, que lhe deram o nome de caravela. Foi então com essa embarcação que Pedro Alvares Cabral a vista a terra brasílica, nas costas da atual Bahia, como descrito na Carta de Pedro Vaz de Caminha. Terra essa ocupada por indígenas, que foram por consequência mortos, escravizados e adoentados por doenças trazidas pelos portugueses, como relata o historiador Boris Fausto em seu livro História do Brasil, esse acontecimento dar-se aproximadamente em 1500.

Posteriormente já instalados em terras brasileiras, surgiu a primeira forma de governo do Brasil Colônia, o sistema de Capitanias Hereditárias, que vem a fracassar com exceção de São Vicente com Martim Afonso de Souza e Pernambuco com Duarte Coelho Pereira. Em seguida, institui-se o Governo Geral. Em razão de todos os acontecimentos, os colonizadores portugueses chegam à conclusão de um novo ganho econômico com o Brasil, resultando na concentração de produção de açúcar, trazendo o modo de produzir e refinar das produções já existentes na costa da África, pertencentes a eles.

Para tocar as grandes fazendas de açúcar, havia a necessidade de força braçal, sem nenhuma preocupação e cuidados com essa mão de obra, escravizavam indígenas e depois africanos. Esses africanos eram trazidos em críticas travessias que levam dias e mais dias, em situações de calamidade, chegando a levar muitos a morte, como descrito no Poema de Castro Alves, O Navio Negreiro. Chegados aqui, ainda meio desorientados, cada qual vindo de uma localidade diferente, os portugueses por sua vez obrigavam a organização e obediência; quando não atendidos, punições eram aplicadas sem quaisquer questões humanitárias. Os africanos escravizados não eram importantes economicamente apenas para a mão de obra açucareira, mas principalmente pelo tráfico, o que resulta em muitas riquezas adquiridas a partir do sofrimento desses povos.

Os colonizadores holandeses foram importantes tanto quanto os portugueses, uma vez já expulsos de Salvador, retomam a invasão dessa vez em Pernambuco, com pretensão de colonização, postos pelo Brasil, e de controlar, ou tentar controlar o comércio de escravos, assim como se acomodaram no Nordeste, se estenderam até a Costa Ocidental da África, resultando em uma briga direta com os portugueses, indígenas, africanos, até que se retiram das terras brasileiras.

Já no Brasil do Século XVII, terras de índios, ainda pouco exploradas, se tem os primeiros relatos da presença dos Bandeirantes em São Paulo, avançando pelo interior do país, até a descoberta das minas de ouro, chamadas de Minas Gerais. Com a descoberta e vindas de outros brancos para extração, os portugueses findam o interesse pelo açúcar e propagam-se pelo ouro, dando assim a o fim do ciclo do açúcar e iniciando o ciclo do ouro.

## 2.2 CACHAÇA

Para hoje termos essas definições em nossos dicionários passamos por várias vertentes e histórias a respeito da etimologia da cachaça. A seguir apresentamos as versões de acordo com o ponto de vista de estudiosos renomados do meio cachaceiro por Mario Souto Maior.

CACHAÇA: Cachaça, esclarece Octávio Valsechi (27) é a destilação da borra do mel de engenho. E quem primeiro empregou este vocábulo, traduzindo-o do espanhol, creio, foi Antonil (43), em 1711: “Guindando-se o çúmo da Canna (que chamaõ caldo) para o Paról da Guinda, dahy vay por hua bica a entrar na Casa do Cobres: & o primeiro lugar, em que eae, he a Caldeira, para nella ferver, & começar a botar fora a immundicia, com que vem da Moenda. O fogo faz neste tempo o seu officio: & o caldo bota fora a primeira escuma a que chamaõ Cachaça.” Também assim dicionariza Aurélio Buarque de Holanda: é aguardente feita com o mel ou borras do melaço. Amadeu Amaral (5) dá uma significação mais popular: cachaça é aguardente de cana. Efetivamente, o povo não sabe, até mesmo como consumidor, fazer a diferença entre cachaça e aguardente. Tudo é *queima-goela*, cachaça, aguardente, *cobertor-de-pobre*. ABON.: “Mas, apenas servido, repeliu o copo com asco. Pela primeira vez em sua vida atribulada em imprevisíveis de intemperança, a cachaça o repugnava.” SANTOS, João Felício dos, Ataíde, Azul e Vermelho. Rio de Janeiro, Editora Expressão e Cultura, 1969, pág. 160. “ou a uma boa queda d’água de engenho, para um regalado banho, fazendo antes de entrar n’água o sinal da cruz e chupando um ou dois cajus entre goles de cachaça.” FREYRE, Gilberto, *Manifesto Regionalista* (4.<sup>a</sup> ed.). Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1957, pág. 64. (SOUTO MAIOR, 1980, p. 48).

A mais antiga menção da palavra cachaça em Portugal, segundo Câmara Cascudo (1986), foi na Carta-II de Sá (1481-1558) ao seu amigo e comensal Antônio Pereira:

“Ali não mordida a graça,  
Eram iguais os juízes;  
Não vinha nada da praça,  
Ali, da vossa cachaça!  
Ali, das vossas perdizes!” (CASCUDO, 1986, p.5)

Abaixo temos o atual significado da cachaça presente nos dicionários:

### **Cachaça**

*substantivo feminino*

1. 1.  
espuma grossa que se forma durante a primeira fervura do caldo de cana us. na produção de açúcar, e dele retirada para servir de alimento (ger. na forma de beberagem fermentada) ou para obtenção de bebida alcoólica.
2. 2.  
aguardente que se extrai, por fermentação e destilação, das borras do melaço da cana-de-açúcar; aguardente de cana. (Oxford Languages, 2020)

#### **2.2.1 A origem da Cachaça**

A origem da cachaça se propaga a partir de várias interpretações, mas fato é que a cana de açúcar, o escravo africano, o imigrante português e os grandes engenhos, Brasil a fora, são os principais protagonistas de todos relatos. Apesar de não haver um registro preciso, podemos afirmar que a cachaça tem seu surgimento em território brasileiro, em algum engenho situado no litoral, entre os anos de 1516 e 1532, concluindo-se ser o primeiro destilado das américas.

A partir do surgimento das Capitâneas Hereditárias, aos fins do século XVI, se dá a maior escala de produção no Brasil.

No período da escravidão a valorização da então “aguardente da terra”, se tem por consequência do seu uso como moeda de troca para o escambo de escravos junto ao tabaco no mercado africano. Além disso a cachaça era servida a marinheiros e escravos para que suportassem a viagem longa viagem marítima da África ao Brasil como relata Ambrosio Richshoffer em seu Diário, datando 31 de dezembro de 1629: “foi então dada a ordem de distribuir-se, pela manhã e à noite, um pouco de aguardente pelas equipagens” (RICHSHOFFER, 1986, p. 16)

A bebida de escravos, com o tempo vai ganhando cada vez mais aprimoramento em seu processo de produção, conquistando importância na economia do Brasil Colônia e caindo no gosto dos consumidores, por consequência a bagaceira e vinhos importados de Portugal

experienciam uma redução preocupante. Com o destaque que a cachaça foi adquirindo e junto ao fato de não ser taxadas, despertou conflitos de interesses, obrigando em 1649, a Cora Portuguesa a proibir a fabricação e comercialização de aguardente em todo Brasil, por meio da Carta Real. Essa proibição obtinha duas exceções, não se aplicava a Pernambuco e não sendo permitida a venda, mas apenas a produção para consumo próprio e restritamente à população escravizada.

Logo após a comercialização foi liberada, devido a pressão da Companhia Geral do Comércio, todavia, foi implementado um novo imposto sobre a cachaça, fazendo com que, em 1660, membros da Câmara do Rio de Janeiro junto aos senhores de engenhos enviaram ao Governador uma lista de reivindicações. Com o não atendimento das solicitações, em 1661, enceta-se a Revolta da Cachaça, com esse acontecimento, os senhores de engenho, comerciantes e destiladores tiveram grandes reações, continuando com a comercialização e produção da cachaça.

Com a descoberta do ouro nas Minas Gerais, os povoados começam a surgir nos lugares altos e úmidos da serra do Espinhaço. Para amenizar o frio, o consumo de cachaça aumenta entre os garimpeiros, ainda proibida, era levada pelos tropeiros trilha acima, partindo da região da baía da Ilha Grande, mas especificamente de Paraty, onde se encontrava um dos maiores portos de escoamento do ouro para Portugal, com essa grande movimentação, houve uma grande proliferação de alambiques clandestinos na região.

Mesmo com a interdição fato é, que a cachaça continuava por toda parte. Até que em decorrência de todos acontecimentos, em 13 de setembro de 1661, o rei D. Afonso VI, sob a regência da rainha Dona Luísa de Gusmão, revoga a proibição, deixando o dia atualmente marcado como o dia nacional da cachaça. A partir deste decreto, o Reino toma como solução o aumento dos impostos, sobre a sua comercialização, assim seguiu com o passar dos anos. Entre 1576 e 1766, institui-se o Subsídio Voluntário destinado à reconstrução de Lisboa, pós terremoto de 1755. Seguindo as tributações em 1772 foi estabelecido o Subsídio Literário, esse destinado ao pagamento de professores de primeiras letras, tendo durabilidade até pós dependência.

Com o tempo, a cachaça começa a conquistar ascensão perante os diversos níveis sociais, tendo um importante reconhecimento no período pré-independência, no momento onde era patriotismo não consumir produtos vindo de Portugal, tal como a bagaceira. Destacando se em 1789, durante o momento da Conjuração Mineira, onde sacerdotes, intelectuais e militares envolvidos, tomavam cachaça como símbolo de nacionalismo, democracia e de protesto contra

Lisboa. O símbolo de nacionalismo se estende a Pernambuco, como cita Gilberto Freyre, “o padre João Ribeiro – uma das figuras mais doces que já passaram pela história do Brasil – fazia questão de levantar um brinde com aguardente de cana em vez de vinho do Porto. Era a exaltação patriótica e romântica da cana-de-açúcar” (FREYRE, 1989, p.98). Esse momento é de muito louvor a cachaça, sendo conhecida e degustada por todas as classes sociais.

Infelizmente, esse ato positivo não durou por muito tempo. A história do Brasil evoluía e com isso o consumo de cachaça se elevava, principalmente pela classe baixa, devidamente pelo seu baixo custo. Nesse momento muitas pessoas não ocupadas, andavam pelas ruas pedindo esmolas para a compra da bebida, com finalidade de afogar suas magoas. Esse fato se agravou ainda mais após a Abolição da Escravatura, bem intencionados os escravizados saem para comemorar sua liberdade, mas dias depois se deparam com a falta de abrigo e comida, e com isso temos o lado mais triste de todo deste relato, os atuais libertos fazem uso da cachaça como refúgio para amenizar as dores da fome e da miséria. E assim se inicia a decadência da cachaça, que cruza muitos anos sendo vista com preconceitos e desdenho, considerada a bebida de “pinguço” e “cachaceiros”, no sentido pejorativo das palavras.

A retomada da cachaça como algo positivo, vem em 1922, durante a Semana de Arte Moderna, que buscava romper as tradições acadêmicas e reforçar o acento brasileiro, principalmente no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco, através da literatura e das artes plásticas. A partir desse acontecimento, a cachaça começa a inspirar versos e prosas, e até mesmo o campo culinário. Chegando a tomes renomados da literatura, música, e afins falando sobre o produto, integrando-o a realidade brasileira, social e histórica.

Em 1994, a primeira lei dando respaldo ao destilado é sancionada, daí por diante muitas outras tem ganhado forma e trazido melhorias e valorização da Cachaça, essas leis podem ser consultadas nos anexos ao fim deste trabalho.

### **3. PARATY**

Assim como a história do Brasil e da cachaça se entrelaçam, Paraty tem o mesmo seguimento a ponto da palavra Paraty transforma-se em sinônimo de cachaça. Esse fato decorre da insubordinação e revolta que elevou Paraty à Vila, estando estreitamente ligadas a Revolta da Cachaça que aconteceu no Rio de Janeiro.

Não se tem ao certo a data de colonização de Paraty, mas provavelmente data meados do século XVI, terra de índios guaianás. Índios esses que tinham o traçado da serra que levavam-vos ao Vale do Paraíba, ensinados aos colonizadores dando acesso as vilas paulistas e mais tarde à zona de mineração, encontrando no fim do século XVII o ouro, neste momento o comércio entre Rio de Janeiro e as vilas paulistas por uma rota marítima-terrestre, ia de São Sebastião do Rio de Janeiro a região de Paraty pelo mar, e a viagem continuava-se por terra, serra a cima.

#### **3.1 POVOAMENTO**

O primeiro povoado foi estabelecido na Vila Velha, atualmente chamado de Morro do Forte relatada por PIZARRO, na edição Tricentenário de Paraty: notícias históricas, trazendo informações de sua visita entre 1794 e 1799, nessa passagem foi informado por habitantes do lugar, que as terras foram assentadas e ali construíram uma capela a São Roque em idas de 1600. O ato de construção de uma capela significava a consolidação de um agrupamento social.

O nome Paraty vai aparecer em 1596 com a passagem da expedição de Martim Correa de Sá, vinda do Rio de Janeiro sentido a região do Vale do Paraíba, utilizando a antiga “Trilha do Guaianás”, que cortava a Serra do Mar, como relata o Historiador Diuner Mello, em seu livro Paraty Estudante, 2006. A partir de relatos de expedições podemos afirmar que o povoado passa ser ponto de entrada de mercadorias vindas da Europa e passagem obrigatória para a busca do sertão, subindo a então serra.

O povoado muda-se do alto do morro para a várzea entre os rios Paraty-Guaçu e Patitiba, atual Centro Histórico, parte de uma sesmaria de Maria Jácome de Mello, por ela doada para o estabelecimento do povoado, a pedido da doadora constrói-se uma pequena capela a Nossa Senhora dos Remédios, junto ao rio Paraty-Guaçu. Assim instalado o povoamento rapidamente se expande, ainda integrante da Vila de Nossa Senhora da Conceição da Ilha Grande.

### **3.2 DA REVOLTA A AUTONOMIA**

Por vontade de seus moradores o povoado em 1644, torna-se Vila, mas em julho do mesmo ano torna a jurisdição da Ilha Grande pelas mãos do Ouvidor Geral João Velho de Azevedo. Mais tarde, em 1660, sob a liderança do Primeiro Capitão Domingos Gonçalves D'Abreu a população estabelece outra revolta separando Paraty da Ilha Grande, neste mesmo momento acontece a Revolta da Cachaça no Rio de Janeiro, logo podemos ver semelhança nos fatos, já que Paraty era terra de grandes produções de cachaça. Paraty buscava sua emancipação argumentando sua posição geográfica estratégica, sendo entrada para o sertão e sua movimentação portuária. Até que em 1667, mais precisamente em 28 de fevereiro, por meio de Carta Régia, Dom Afonso VI reconhece o povoado como Vila, dando o nome de Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty. No mesmo ano instalou-se a primeira Câmara Municipal e nomearam-se as autoridades e juizes da nova vila. A partir desses acontecimentos o desenvolvimento comercial tem grande avanço, com o plantio de cana-de-açúcar e a fabricação de açúcar e aguardente.

### **3.3 DESCOBERTA DO OURO**

Com a descoberta do ouro nas Minas Gerais, no final do século XVII, a vila se transforma em local de embarque do ouro e pedras preciosas que desciam a Serra do Facão, partindo dali para o Rio de Janeiro com seguimento ao porto de Lisboa. Por ali escoava-se o ouro e adentrava tecidos, ferramentas, gêneros alimentícios e escravos para abastecer Minas Gerais e São Paulo. O grande movimento do porto, munidos de seus inúmeros fortes protegendo a baía, somou-se a vasta produção de aguardente embarcada para Europa como aperitivo, levada com finalidade de moeda, servindo para a compra de escravos na África e transportada para as minas a fim de servir de “alimento” para escravos.

Ao iniciar os anos de 1700, começam a surgir na vila casas de alvenaria de pedra, novas construções religiosas, e com isso a complementação do traçado urbano, implementando novas ruas e ocupações. Já em desenvolvimento, em 1720 quando se cria a Província de São Paulo, a vila é atribuída a ela, até 16 de janeiro de 1726 quando a Carta Régia, anexa esta vila à Província do Rio de Janeiro.

Com o passar do tempo foi implementado o caminho que ligava o Rio de Janeiro diretamente as minas, através da Serra dos Órgãos, este fato não impactou no porto, pois continuava receber mercadorias destinadas ao sul de Minas Gerais e São Paulo.

### 3.4 A PARATI SE PROPAGA

As primeiras produções de aguardente na região de Paraty datam próximo ao seu povoamento, já em 1660 o povo enceta uma revolta destinada à sua autonomia perante a Ilha Grande, esse episódio acontece no mesmo momento que a Revolta da Cachaça no Rio de Janeiro.

Mauricio de Almeida Abreu informa em sua obra “Geografia Histórica do Rio de Janeiro 1502-1700” que João Pimenta de Carvalho, Capitão Mor e Ouvidor da Capitania de São Vicente a que Paraty pertencia, por sua vez era dono de engenho no Rio de Janeiro, sua ligação direta a pequena vila do sul fluminense, se estreita, em razão do então Capitão ser pai de Maria Jácome de Mello, a senhora que havia doado parte de sua sesmaria para construção do povoado.

Outro fato, é que assim como Paraty se eleva a vila em 1660, Campos tem o mesmo seguimento em 1663, logo podemos justificar a vontade de seu povo, conquistando o propósito mesmo sem a autorização régia. Vale ressaltar, que Paraty já era o maior produtor de aguardente, assim como Campos era o maior produtor de açúcar.

Parati, 1666, ao redor de Angra dos Reis, vai alcançando de tal ritmo que, ao passar da centúria imediata, o nome da vila é sinônimo nacional de aguardente, Um cálice de parati, diz ainda hoje, como quem diz Madeira, Porto, Colares, Cognac, Champagne, Bordeaux, Tokay, terras que são nomes de vinhos. (CASCUDO, 1986. P.86)

A partir da revolta e liberação da produção da aguardente, subsídios são implementados, na tabela abaixo podemos ver alguns dos valores atribuídos a este produto com a decorrente data:

Tabela 1 - Subsídios da aguardente

Subsídio da aguardente	19/01/1761	\$19.000 Réis
arrematada por	28/12/1791	\$ 181.000 Réis
terceiros	30/01/1832	\$ 480.000 Réis

Subsídios Literários	1791 a 1832	\$ 493.000 Réis
----------------------	-------------	-----------------

Fonte: Câmara Municipal de Paraty

O aumento da produção de aguardente era significativa, chegando a 100 engenhos de aguardente e 2 de açúcar, além da produção de mandioca e gengibre comercializada com o resto do país, tornando-se o maior centro produtor de aguardente da capitania. Em 1799, o Rio de Janeiro abrigava 253 engenhos de aguardente sendo 155 destes em Paraty, além do fato de grande produção, sua imagem vai tornando-se cada vez mais benéfica, diretamente relacionada a qualidade, exaltando ainda mais o fato de ser sinônimo de aguardente. Nas próximas tabelas são retratados dos numerosos engenhos e quantidades produzidas nas seguintes datas e locais descritos:

Tabela 2 – Quantidade de engenhos de aguardente

ANO	QUANTIDADE	INFORMAÇÃO
1790	87	Manoel da Silva Mariz
1851	39	Almanak Administrativo Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro
1863	150	Milliet de Saint-Adolphe, no Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil.
1872	53	Câmara Municipal de Paraty
1908	30	Câmara Municipal de Paraty
1922	mais de 100	Dr. Samuel Costa, em sua Obra Paraty no Anno da Independência
2000	95	José Carlos Freire (Zezito) em publicação no Jornal da Cidade

Fonte: RAMECK; MELLO, 2011.

Tabela 3 – Produção de Aguardente

ANO	PIPAS	INFORMAÇÃO
1852	413	Câmara Municipal de Paraty
1853	546	Câmara Municipal de Paraty
1854	748	Câmara Municipal de Paraty
1855	2.000	Câmara Municipal de Paraty

Fonte: Câmara Municipal de Paraty

Tabela 4 – Exportação de Aguardente

ANO	PIPAS	INFORMAÇÃO
1863	2.326	Câmara Municipal de Paraty
1864	2.500	Câmara Municipal de Paraty
1865	3.000	Câmara Municipal de Paraty
1869 e 1870	6.000	Câmara Municipal de Paraty

Fonte: Câmara Municipal de Paraty

A valorização da Parati, se mostrava na sua boa fama e no seu preço, em 1805 custava \$7.000 (sete mil) Réis mais cara do que a de outras localidades, segundo o Ouvidor Geral José Antônio Valente, a partir de Providências Administrativas, afirma que uma pipa custa \$32.000 (trinta e dois mil) Réis. Mais tarde, em 1884, é definido pela Câmara o valor de \$28.000 (vinte e oito mil) Réis para a venda de cada pipa de aguardente produzida em Paraty.

Na agoa ardente ao contrário tem progresso, e sobretudo na feitoria que lhe assegura de aumento de sete mil réis em pipa sobre as demais. Os Chimicos talvez descubram o causal da melhoria, se de terreno, das agoas ou das lenhas elas prvem. (VALENTE, 1805).

### 3.5 SÉCULO XIX

Já no início do século XIX, inicia-se a produção de café trazendo grandes mudanças aos engenhos, por decorrência do melhor valor do produto perante a aguardente, fazendo com que muitos produtores abandonassem a produção de aguardente e migrassem para o plantio de café. O porto continuava progressivo, recebendo e despachando as sacas de café que desciam a serra por lombo de burros, continuando o aumentar das ruas, construções de novas edificações, até que em 1813, a Vila recebe o título de Condado, sendo seu primeiro titular o Dom Miguel Antônio de Noronha Abranches Castelo Branco. Posteriormente a Lei Provincial nº 302, de 12 de março de 1844 elava a Vila à categoria de Cidade, fixando o nome de Paraty.

Com o passar do tempo, o plantio de café não se sobressai nas terras paratienses, juntamente com as grandes despesas com serviçais e escravos, não rendendo lucros viáveis muitas fazendas são vendidas ou até mesmo abandonadas. Nesse momento, em vista dos numerosos engenhos de aguardente que havia, poucos ainda se mantinham em produção.

Aos fins do século XIX, constrói-se a estrada de ferro ligando Rio de Janeiro a São Paulo, pelo Vale do Paraíba, com isso o cessar das atividades portuárias, resultou no isolamento de Paraty, somando-se ao fato, acontece a abolição da escravatura, entrando em escassez a mão-de-obra barata, ocasionando no fechamento de dezenas de engenhos de aguardente.

Somando-se ao acontecido da abertura do comércio direto entre Rio de Janeiro e São Paulo, que resultou no fechamento de muitos engenhos em Paraty, surge um novo empreendimento, chamado de Engenho Central, com objetivo de unificar a produção de açúcar e aguardente, acentuando o declínio da produção de aguardente no município.

### **3.6 SÉCULO XX – DA DECADÊNCIA AO NOVO CICLO**

Nas primeiras décadas do século XX, a cidade faz um grande esforço para se manter progredindo, continuando construções e ainda exportando aguardente, mas de pouco vale todo esse trabalho, algumas décadas a frente, a o vilarejo se resume em pouco mais de 500 moradores, com comércio insuficiente e poucos engenhos em produção, com isso, muitas casas ruíram e o estado de pobreza era calamitoso.

Um pouco mais adiante, em 1945, através do Decreto-Lei Estadual nº 1.450, por visão de Ernani do Amaral Peixoto, o sítio histórico de Paraty é considerado Monumento Estadual, atribuindo obrigações perante a preservação do patrimônio histórico e artístico.

Em meio a década de 1950, a vida em Paraty se depara com mudanças, a partir da construção de uma estrada ligando Paraty ao município de Cunha estado de São Paulo, substituindo o antigo caminho e nome de Serra do Facão. Essa nova estrada abriu portas para o transporte em menor tempo, além de trazer paulistas aventureiros ao tão sonhado litoral, aqui encontravam uma cidade abandonada, pacata, diferente por suas ruas tortas, calçadas por pedras irregulares, igrejas simples, mas de grandes festividades e acima de tudo um povo hospedeiro e gentil. Com todas essas qualidades, Paraty foi ganhando um espaço na vida dessas pessoas, que foram adquirindo velhas casas, vezes até em ruínas, das quais citadas anteriormente, no momento de abandono, assim foram sendo restauradas e sendo usadas para veraneio, assim, cada dia mais aumentava a demanda de visitantes em feriados prolongados e temporadas, desencadeando um novo ciclo econômico na cidade, o turismo, o qual a cidade vive até os dias atuais.

Outros tombamentos foram sendo somados à preservação do município, em 13 de fevereiro de 1958 o centro histórico de Paraty, é inscrito no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, pelo IPHAN (Instituto Histórico e Artístico Nacional), ditando leis e normas para a preservação da arquitetura e do paisagismo da cidade. Também, em 1966, através do Decreto nº 58.077, foi todo o município de Paraty convertido em Monumento Nacional.

A consolidação do Turismo vem com a construção da Rodovia Governador Mário Covas BR-101, mais conhecida como Rio-Santos, iniciada em 1970 e aberta ao tráfego em 1976, no entanto, Paraty deixa de ser apenas lugar de veraneio e transforma-se em opção de turismo o ano inteiro, ampliando seus centro urbano, e adaptando-se a esse novo momento, como por exemplo, construções de condomínios e marinas.

Com a nova atividade, novos instrumentos visando proteger o meio ambiente foram desenvolvidos, em 1972 foi criado o Parque Nacional da Serra da Bocaina, que abarca a maior parte do município; a Reserva da Joatinga e as Áreas de Proteção Ambiental do Cairuçu e Tamoios.

Com o passar dos anos, o turismo vem crescendo, e eventos vão sendo criados, um deles idealizado em 1982 faz referência à produção de aguardente, começou com o nome de Festival da Pinga, e atualmente leva o nome de Festival da Cachaça, Cultura e Sabores de Paraty, realizado na segunda semana de agosto de todos os anos. Além desse tradicional festival que trata com tanta importância, temos outros, como Festas Religiosas, FLIP (Festa Literária Internacional de Paraty), Festival Gastronômico, dentre outros.

A rica história, cultura e turismo de Paraty, em 31 de outubro de 2017 passa a integrar a rede de Cidades Criativas da UNESCO, como cidade da gastronomia. Mais tarde, em 5 de julho de 2019, depois de uma longa jornada, Paraty e Ilha Grande se tornam o primeiro sítio misto patrimônio mundial localizado no Brasil, através do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, atribuindo ainda mais valor e conhecimento ao seu patrimônio e sua biodiversidade.

## **4. TIPOLOGIA DE ENGENHOS**

O significado da palavra engenho diz respeito a capacidade de criar, produzir com arte, habilidade, engenhosidade, criatividade, inventiva e talento. Em Camões no Canto 1º dos Lusíadas temos a citação: “Cantando espalharei por toda a parte, se a tanto me ajudar engenho e arte.” a partir da citação podemos refletir o sentido das palavras engenho como construção e arte como estética. Sabendo o sentido da palavra engenho, trazemos os tipos implementados em terras brasileiras.

### **4.1 O ENGENHO MONOCULTOR CANAVIEIRO**

“A casa-de-habitação chamada pelos pretos casa-grande, vasto e custoso edifício, estava assentada no cimo de famosa colina, donde se descortinava um soberbo horizonte” (ALENCAR, José. O tronco do Ipê, p.7.)

A moradia rural era diretamente ligada ao seu meio de trabalho e produção, constituído por um complexo de diversas construções, dentre elas casa-grande, senzala e engenho, destacando-se por suas funções ou pela sua importância econômica.

#### **4.1.1 Implantação**

Os engenhos tinham como principal característica, sua localização as margens de rios, que banhavam os vales da Zona da Mata do Nordeste, recôncavo baiano ou aqueles que desaguavam na Baía de Guanabara, região fluminense.

Essa preferência dava-os garantia do transporte fluvial da produção para núcleos mais próximos, onde posteriormente era embarcado para Europa.

Outro fator importante era a utilização da força motriz da água, utilizada para girar as moedas, substituindo a força braçal escrava e animais de tração.

#### **4.1.2 Terreiro**

Local de terra batida, onde pulsava a vida do engenho, ao centro das construções, designado ao lazer, trabalho, punições, orações, vigílias, entre outros acontecimentos.

Em um momento onde cresças de matrizes africanas eram proibidas, era no terreiro onde os negros entoavam seus tambores, cultuando seus orixás, divindades da natureza, fazendo uso do sincretismo para não serem flagrados professando outra fé, em terras onde o senhor de engenho era homem católico, temente a Deus. Além de profissões de fé também praticavam danças com treinamento de ataque e defesa denominado capoeira, era assim que os negros mantinham sua cultura e faziam referências as suas origens.

#### **4.1.3 Partido aberto**

Na primeira metade do século XVII, segundo documentações iconográficas holandesas, sua disposição seguia alguns parâmetros: a casa-grande e capela assentadas em elevações do terreno, porem distantes entre si. Entre os rios e as elevações erguia-se o complexo agroindustrial, composto por engenho, casa de depuração, oficinas, estrebarias e senzalas, alocados na vasta extensão de terra.

#### **4.1.4 Partido único**

O partido adotado a partir do século XVIII, sofre algumas mudanças significativas, unificando o conjunto sob o mesmo teto, interligando a casa-grande e a capela.

Com a incorporação da capela à casa senhorial, a planta baixa altera-se do padrão quadrangular adotado no século XVII, para plantas em forma de “U”, ou até mesmo retangulares, com pátios internos na parte posterior da casa.

#### **4.1.5 Casa Grande**

Sede do complexo agroindustrial, cujas dependências eram constituídas por varanda, salas, alcovas, quartos de hóspedes, capela e cozinhas separadas em limpa e suja. Servindo muitas vezes como fortaleza, cofre, harém do senhor de engenho, escola, hospital, depósito, abrigo para escravos domésticos no rés do chão ou mesmo pouso aos viajantes.

Tipologias:

A morada paulista com seu alpendre entalado, com frechal elevado para permitir o aquecimento. Recorrente em regiões de clima temperado.

A fazenda fluminense utiliza a varanda como elemento protetor contra isolamento excessiva, utilizada em regiões quentes.

Em diversas situações como no Nordeste, a varanda funciona como elemento socialmente filtrante, evitando visitantes indesejáveis.

#### **4.1.6 Capela**

Pelo fato de os portugueses terem a religião diretamente relacionada a sua identidade nacional e sentimento de continuidade, eram obrigatoriamente instaladas na casa-grande ou em construção ao lado.

#### **4.1.7 Senzalas**

As poucas descrições que se tem sobre o ambiente dos escravos, pode-se ressaltar que não havia qualquer preocupação com higiene e conforto. É possível distingui-la em dois grupos: a senzala doméstica e a de eito.

Doméstica ou de dentro:

Servia para escravos responsáveis pelas tarefas de casa, além de prestar favores sexuais ao senhor. Poderia estar localizada no rés do chão da casa-grande, uma espécie de porão, também poderia ser agregado o escravo selecionado como reprodutor.

De eito ou de trabalho:

Voltada ao terreiro, como relata os pintores holandeses no século XVII, casebres construídos nas proximidades da casa-grande. De uso dos escravos de mão de obra mais robusta, resistente, alimentados por farinha, cachaça e bacalhau além das sobras de carnes da casa-grande que mais tarde vai surgir a feijoada.

No século XVIII, a moradia dos escravos foi agrupada em um só edifício, geralmente de taipa e cobertura vegetal, conjunto de cubículos sem janelas, com uma única porta voltada para o terreiro, agregado ou nas proximidades da casa-grande.

#### **4.1.8 Engenho**

Centro da produção da economia colonial, este edifício acabou por dar o nome a todo o conjunto. Em quesito construção, um partido simples, composto por um grande galpão para a realização das atividades agroindustriais. De acordo com a produtividade poderia se subdividir em armazém, picadeira, moenda, reservatório, caldeiras com fornalhas, casa de purgar, seleção de pães e açúcar e encaixotamento. Geralmente, localizados próximos ao rio ou de algum córrego desviado, a servir de força motriz da água como tração para as moendas.

#### **4.1.9 Outras edificações**

Dependendo da complexidade do engenho, poderiam ter outras edificações atreladas as principais, sendo elas: estábulos, cachoeiras, olarias, depósitos, casas de capatazes e de colonos, celeiros, casa da mandioca, casa do milho, alambiques, construções simples nas quais o intuito principal era a praticidade.

### **4.2 O ENGENHO POLICULTOR CANAVIEIRO**

Diferente do engenho nordestino, os conjuntos do litoral sudeste destinavam-se não somente ao cultivo de cana para a produção de açúcar e aguardente, mas também outros produtos que visavam abastecer os viajantes e os núcleos urbanos mais próximos.

Suas localizações estavam concentradas entre a baixada santista e a região de Mangaratiba, em sítios entre o mar e a serra, como São Sebastião e Ubatuba, em São Paulo ou Paraty e Angra dos Reis, no Rio de Janeiro.

#### **4.2.1 Implantação**

Sua implantação adotou alguns padrões, assim como os nordestinos, procuravam as margens dos rios, para uso da força motriz da água como abastecimento e no litoral pela facilidade de embarque da produção em direção ao Rio de Janeiro.

No auge do ciclo do ouro eram por esses portos que chegavam os produtos da Europa para subir a Serra do Mar, e por ali escoava-se a produção aurífera em direção a Portugal.

#### **4.2.2 Partido único**

Sendo um conjunto mais compacto, seus elementos principais agregavam-se a um único corpo, sendo eles: casa-grande, senzala e engenho. Neste caso, raramente a capela era independente, mas sim incluída no corpo principal, em uma sala com tratamento especial e o altar com orago.

#### **4.2.3 Casa-Grande**

A sede do engenho policultor do Sudeste contava com dois pavimentos.

- **Térreo:**

Destinava-se a depósito, armazéns nave da capela e alojamentos para alguns viajantes.

- **Pavimento superior:**

Seu acesso era efetuado por uma escada externa conectada ao alpendre, mantinha os padrões tradicionais de setorização, exceção para uma ligação necessária com a área de trabalho para controle e vigília. A distribuição dos aposentos garantia o a privacidade do setor íntimo, destinado as mulheres, os hospedes se alojavam em quartos voltados a varanda, as salas também se voltavam a varanda. Nos fundos, as cozinhas.

- **Varanda:**

Espaço que contornavam o pavimento superior, voltada para o terreiro, com ampla vista para o mar, permanecendo como espaço de vigília e controle social.

#### **4.2.4 Engenho e Senzala**

A compactação do conjunto reduziu estes dois componentes, agregando-se ao corpo único da casa-grande, acrescido do elemento roda d'água. O ato de trabalhar e morar sob o mesmo teto.

O resultado estético foi satisfatório como volumetria e tratamento dos materiais, produzindo-se feição mais depurada, certamente pela proximidade as vilas portuárias.

Com aproximação do século XIX e o surgimento da cultura do café no Vale do Paraíba, resultando em uma nova subida da Serra do Mar, essas construções serviram de influência direta a diversas fazendas cafeeiras em relação ao seu partido e sedes.

## **5. PATRIMÔNIO**

Segundo o Art. 216 da Constituição Federal, são denominados patrimônio cultural brasileiro memória de diversos grupos, como as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, podendo ser de natureza material e imaterial, tombados individualmente ou em conjunto.

### **5.1 Patrimônio material**

O patrimônio material é composto por conjuntos de bens culturais segundo sua natureza, conforme descritos em seus quatro Livros de Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico, histórico, belas artes e das artes aplicadas, todos protegidos pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Para ser um bem tombado de natureza material segundo IPHAN, tem que ser adequar aos requisitos podendo ser imóveis como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

### **5.2 Patrimônio imaterial**

Ativos culturais intangíveis envolvem práticas de vida social e áreas refletidas no conhecimento, artesanato e maneiras de fazer as coisas; celebrações; expressões de cenário, modelagem, música ou entretenimento; e certos lugares (como mercados que acomodam costumes culturais coletivos, Bazares e abrigos). Os artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 ampliaram o conceito de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de produtos culturais materiais e imateriais (IPHAN).

Esses artigos da Constituição reconhecem que no patrimônio preservado pelo Estado e pela sociedade em cooperação, os bens culturais são referências para diferentes grupos da sociedade brasileira. O patrimônio imaterial é transmitido de geração em geração, sendo constantemente reconstruído devido à interação das comunidades e grupos com a natureza e

a história, criando um sentido de identidade e continuidade, promovendo assim o respeito pela cultura e a diversidade cultural. À criatividade humana.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) define "as ferramentas, objetos, relíquias culturais e sítios culturais relacionados às práticas, representações, expressões, conhecimentos e tecnologias como patrimônio imaterial, comunidades, grupos e, às vezes, até As pessoas consideram-no parte integrante de seu patrimônio cultural." Esta definição está de acordo com a "Convenção da UNESCO para a Proteção do Patrimônio Cultural Imaterial" ratificada pelo Brasil em março de 2006.

### **5.3 Ruínas**

As ruínas são consideradas efetivamente bens culturais, mas não são mencionadas diretamente na Convenção de Haya da UNESCO de 1954 quando são estabelecidas três categorias.

Dentre elas poderemos citar a primeira na qual se encaixam como bens imóveis, que apresentam uma grande importância para o patrimônio cultural dos povos, como os monumentos de arquitetura, de arte ou e história, religiosa ou laica, os sítios arqueológicos, os conjuntos de construções que, em quanto tal apresentam um interesse artístico, histórico ou arqueológico, assim como as coleções importantes de livros, de arquivos ou de reprodução de bens definidos previamente. (JUNIOR, Sousa, 2017, p. 151).

## 6. TURISMO

A motivação de fluxos de pessoas decidirem um local de destino, parte da sua singularidade, logo os atrativos turísticos são fundamentais para a finalidade do produto turístico a ser oferecido.

O produto turístico é direcionado de uma maneira geral, através da economia que será gerada a partir do oferecimento a um mercado, a fim de suprir as necessidades e desejos dos consumidores (KUAZAQUI, 2002). Segundo Middleton (2002), o produto é formado por atrativos (ambiental natural, humano e artificial), facilidades (alimentação, transportes etc.), acessibilidade (vias de acesso), imagem do destino e o ato de vender ao consumidor.

O turismo é dividido em 12 (doze) seguimentos, a cidade de Paraty aborda vários deles, mas neste trabalho nos desdobraremos ao turismo cultural, baseado em cidades históricas e turísticas.

O turismo cultural atende ao objetivo de promover as localidades por meio da diversidade cultural. O patrimônio material e imaterial composto por diferentes elementos culturais remete aos valores e à identidade cultural representativos de usos e costumes, crenças e hábitos contemporâneos ou remotos de um povo. Assim, pode ser definido como “o movimento de pessoas para atrações culturais fora de sua residência permanente com a intenção de adquirir novas informações e experiências que satisfaçam suas necessidades culturais” (RICHARDS, 1996, p. 24; RICHARDS, 2003). O turismo cultural estimula o conhecimento de elementos específicos, quer urbanos ou rurais, tais como a história e o patrimônio local, a gastronomia e os produtos agrícolas, os festivais e eventos culturais, a indústria da criatividade, a arquitetura e o artesanato. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2014, p. 66).

Além dos elementos citados anteriormente, o turismo cultural tem uma grande importância social, incluindo a preservação de tradições, usos e costumes da população local, construindo o orgulho por seu patrimônio, trazendo junto o diálogo intercultural, segundo entendimento da Organization for Economic Co-operation and Development (OECD) (2009).

## 6.1 DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE PARATY

A partir da década de 1970, com a construção da BR-101, o ciclo do turismo foi sendo implantado no município, revigorando suas atividades de comércio e serviços. Com isso ocorre o aumento significativo de número de habitantes, população essa que vem atrás das novas vagas de empregos que vão surgindo. O turismo vai ganhando força e outras atividades vão passando a segundo plano, ocasionando o êxodo rural, principalmente dos jovens a procura de novas atividades. A falta de especialização, aliada a baixas remunerações faz com que a população não tenha perspectivas de um futuro melhor e fique destinada a estagnação.

Com a valorização turística, acontece a especulação imobiliária, despertando a preocupação em preservar o meio ambiente. A favor do meio ambiente foram criadas áreas de proteção ambiental, limitando a utilização dos recursos naturais pelas comunidades tradicionais, gerando conflitos entre a preservação ambiental e preservação da cultura caiçara. Esses moradores foram obrigados a se adequar ao novo modo de vida, muitas vezes tornando-se caseiros, empregados da construção civil e até mesmo serviços destinados ao comércio (SILVA, 2013).

Outro conflito polêmico diz respeito aos processos de transformação econômica da cidade, sendo marcadas pela contradição de interesses diferentes. De um lado o desejo de turistas com um perfil artístico-cultural, visando a qualidade e interesse na cultura local, e o outro defende o perfil do turismo de massa, esse muita das vezes prejudicial tanto ao município quanto aos recursos naturais (BAYMA, SANT'ANA, DINIZ, 2013).

Ainda que a economia do município seja mais de 70% baseada no turismo, a infraestrutura de apoio ainda peca com o seu desenvolvimento tardio, além de um fator primordial, a segurança.

Abaixo é relatado pontos positivos e negativos da infraestrutura da cidade perante o turismo, assim como sua área de maior influência:

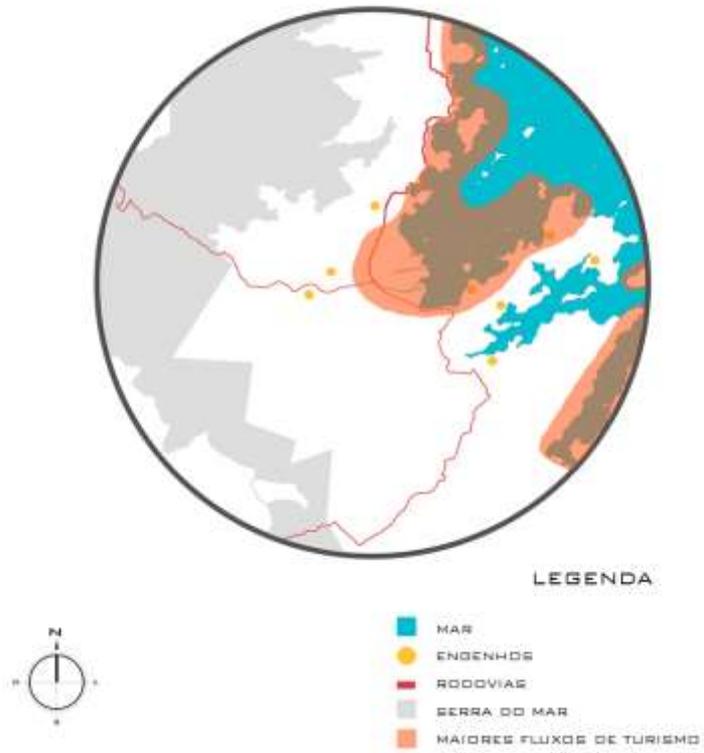
Tabela 5 – Pontos positivos e negativos da infraestrutura do turismo

Positivos	Negativos
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Belezas naturais</li><li>▪ Atrativos históricos culturais</li><li>▪ Público nacional e internacional</li><li>▪ Posicionamento turístico</li><li>▪ Diversidade de eventos fixos</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Insegurança</li><li>▪ Saneamento básico precário</li><li>▪ Ausência de planejamento de marketing</li><li>▪ Infraestrutura inadequada</li></ul>

Fonte: ALVARENGA, 2016.

Figura 1 – Mapa de influência do turismo.

### INFLUÊNCIA DO TURISMO



Fonte: Prefeitura de Paraty (2020) – Produção Autoral (2020)

## **7. ROTEIRO TURÍSTICO**

Podemos entender o roteiro turístico de viagem como um itinerário com as seguintes características, um ou mais elementos que lhe dão uma identidade, definida e estruturada para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização do turismo. A posição que constitui o golpe. Partindo da definição anterior, digamos que uma rota turística seja um processo que visa fazer recomendações a diferentes pessoas. Participantes relacionados ao turismo, desenvolver guia de itinerário turismo. Essas diretrizes ajudarão a integrar e organizar Atrações, equipamentos, serviços turísticos e apoio à infraestrutura Viagem, levando à fusão de produtos específicos área.

No contexto da regionalização do turismo, esta seção trata estabelecer métodos de organização e integração dos produtos turísticos brasileiros. São precisamente produtos, serviços e equipamentos turísticos, e atividades complementares relacionadas ao turismo constituem esta oferta este será o assunto do processo de roteamento descrito aqui.

Devemos entender que as rotas turísticas são as etapas básicas, pode desempenhar um papel na busca de desenvolvimento socioeconômico a correta implantação dela no país pode ajudar a aumentar o fluxo de turistas para um determinado destino e aumentar seu tempo de estadia e os custos incorridos.

Portanto, é possível que, no médio prazo, em função do crescimento organizado e planejado do tráfego turístico dos destinos, tenhamos uma melhor distribuição de renda, criando e ampliando as oportunidades de emprego. Representa uma grande quantidade de recursos financeiros entrando na região.

Roteiros turísticos, organização e integração de ofertas de viagens brasileiras com base nos princípios da participação, flexibilidade e sustentabilidade, é vista como um importante fator que pode permitir que os recursos gerados pelo aumento da atividade turística regional promovam a inclusão social e ajudem a reduzir as desigualdades sociais e criar condições para as metas propostas pelo plano de zoneamento turístico-Roteiros do Brasil. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007. p. 13).

## **8. MUSEU**

Segundo a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto de Museus,

“Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.” (Lei nº 11.904, 2009).

No mundo cultural, os museus têm as funções mais diversas e atraentes. O desejo de memória tenta as pessoas e as orienta na busca de velhos e novos registros, levando-as ao reino dos museus, onde as portas dos museus estão sempre mais abertas. Hoje em dia, a museologia tornou-se uma prática a serviço da vida.

O museu é um local de coleta de sentimentos, pensamentos e imagens prontas a partir de objetos e referências, que esclarecem os valores básicos do ser humano. Um espaço fascinante de descoberta e aprendizagem, o conhecimento é expandido e a consciência de identidade, unidade e compartilhamento é aprofundada. Por meio do museu, a vida social resgata a dimensão de pessoas que foram desaparecendo gradativamente com o passar do tempo. No turbilhão da vida cotidiana, a cidade encontrou um espelho que reflete o rosto desbotado. Todos os hospedados no museu finalmente sabem algo sobre si mesmos. (IBRAM, 2020).

### **8.1 ACESSIBILIDADE**

De acordo com a "Declaração Internacional dos Direitos Humanos" elaborada pelas Nações Unidas, existem 60 anos: “[...] toda pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam” (ONU, 1948).

Portanto, a adequação dos museus e centros culturais visando a universalização do acesso é um requisito importante para proteger os direitos de pessoas com deficiência reduzir a mobilidade de visitantes a essas instituições. Entende-se que tal visita deve estar livre de barreiras físicas, de comunicação e de realização.

No Brasil, existe uma ampla legislação garantindo os direitos das pessoas com deficiência. LBI-Lei está atualizado, de acordo com as leis e regulamentos anteriores

Incluído-2015, que afirma: “Acessibilidade é um direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social” (BRASIL, 2015).

No texto LBI, o Capítulo 9 é dedicado aos direitos culturais, Esportes, viagens e lazer, que são obrigatórios para todas as obras E instituições culturais para ajustar seu espaço e conteúdo.

Além dos deficientes, suas famílias e Companheiros, a adaptação da acessibilidade universal também beneficia todos os visitantes, pois trazem um ambiente sem barreiras físicas de acesso, Comunicação, conhecimento e atitudes que fazem museus e espaços culturais Todos, idosos, pessoas com deficiência, famílias com bebês e crianças pequenas, novos turistas, imigrantes, refugiados, etc., serão bem recebidos e tolerados por todos. (IBRAM, 2005)

## **9. METODOLOGIA**

A partir da análise do tema foi definida a natureza da pesquisa como aplicada, com objetivos descritivos como forma de estruturação do trabalho. A abordagem utilizada está sendo qualitativa, pelas questões subjetivas envolvidas no tema. As fontes de pesquisa são primárias e secundárias de acordo com os termos técnicos a seguir divididos em etapas:

### **ETAPA 1: BIBLIOGRÁFICA**

Nessa etapa será realizado um levantamento de referências para auxiliar no embasamento do estudo.

### **ETAPA 2: DOCUMENTAL**

#### 2.1 Coleta de dados

Essa etapa será de levantamento de dados gerais, das edificações e da área de estudo.

A coleta de dados acontecerá nos seguintes locais: Prefeitura Municipal de Paraty, Câmara Municipal de Paraty, Cartório da cidade, IPHAN Paraty possibilitando a consulta da situação atual do prédio e procura por informações relevantes da seguinte área e IHAP (Instituto Histórico e Artístico de Paraty) proporcionando acesso ao histórico com acervo documental e fotográfico.

#### 2.2 Análise de documentos

Nesse momento serão analisadas as legislações que abrange a área de estudo das edificações, sendo estes: Plano de Manejo da Apa Cairuçu 2005, e o atual Plano de Manejo da Apa Cairuçu 2018, Portaria IPHAN: diretrizes de preservação para o município, Cartas Patrimoniais e Plano Diretor da Cidade de Paraty.

### **ETAPA 3: LEVANTAMENTOS**

#### 3.1 Diagnóstico do terreno

Nesse momento serão realizadas as seguintes análises:

3.1.1 Critérios de delimitação da área.

3.1.2 Entorno imediato da edificação.

3.1.3 Análise de impacto de equipamentos públicos.

3.1.4 Levantamento e leitura da região.

3.1.5 Análises cartográficas

3.1.6 Elaboraões de cartografias de zoneamentos de acordo com o plano diretor.

3.1.7 Análise do plano diretor.

3.1.8 Elaboração de cartografias de mobilidade urbana.

3.1.9 Elaboração de cartografia de uso do solo.

3.1.10 Análise do terreno selecionado.

3.1.11 Implantação.

3.1.12 Análise do estado de conservação das construções e/ou ruínas.

### 3.2 Entrevistas

Nessa etapa serão desenvolvidas entrevistas com intuito de conhecer melhor a história da edificação e suas relações materiais e imateriais com a comunidade.

3.2.1 Entrevista com Diuner Mello, estudioso sobre a história de Paraty e Sócio Fundador do Instituto Histórico e Artístico de Paraty (IHAP).

3.2.2 Entrevista com antigos moradores das Fazendas e pessoas que frequentavam os locais.

### 3.3 Pesquisa de Campo

3.3.1 Visita técnica às construções e/ou ruínas por via terrestre e marítima.

3.3.2 Visita técnica ao IPHAN Paraty e ao Instituto Histórico e Artístico de Paraty (IHAP).

## **ETAPA 4: ESTUDO DE CASO**

### 4.1 Referências Projetuais

Expor por meio de pesquisas projetos e referencias projetuais que possam agregar e inspirar diretrizes para o projeto de revitalização das construções e ruínas dos engenhos estudados, com suas particularidades.

## **ETAPA 5: PESQUISA DE AÇÃO**

A pesquisa será desenvolvida em associação com uma ação, de forma participante pela pesquisadora diante das situações que vamos nos deparar no seu decorrer do trabalho, por estar inserida na sociedade no qual o tema é adotado.

## **ETAPA 6: CARACTERIZAÇÃO DO TEMA**

### 6.1 A origem do problema

A partir das análises e resultados realizados na área de intervenção, será o momento de identificar os potenciais e problemas da seguinte região, dando-se a possibilidade de propor melhorias e possibilidades.

### 6.2 Rotas turísticas/itinerários culturais

Apresentar através de pesquisas as formas padrões de sinalização, acessos, preservação, circulação e acessibilidade de parques e rotas turísticas-culturais.

## **ETAPA 7: DIRETRIZES PROJETUAIS**

A partir das análises de documentos, coleta de dados e mapeamentos será definida a proposta de uso para cada local.

## **ETAPA 8: ANTEPROJETO**

Elaboração de um novo uso para cada local, interligando-os por uma rota turística cultural.

8.1 Delimitação seus acessos, setorização, implantação e equipamentos no seu entorno.

## **ETAPA 9: PROJETO FINAL**

Elaboração do projeto do museu com novo uso para as ruínas da Fazenda Nossa Senhora da Conceição, considerando as análises e demandas discutidas durante o trabalho, e propondo anexo como o edifício do museu. Propor diretrizes para restaurante caiçara participativo na Fazenda Bom Retiro e para memorial na Fazenda Boa Vista.

## **10. LEGISLAÇÃO – PLANO DIRETOR**

O Plano Diretor de desenvolvimento abrangente é uma ferramenta de planejamento que pode orientar o desenvolvimento sócio-político e econômico da Cidade de Paraty - Monumento Nacional, prioriza ações culturais e de conservação da natureza e leva em consideração estabelecer uma ordem social justa que tenha direito à vida e reconheça os direitos humanos compromisso básico.

### **10.1 DIRETRIZES DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL**

As diretrizes do município de Paraty são dispostas a partir de seus aspectos físicos, ambiental, econômico, social, cultural e administrativo. Atendendo as necessidades básicas da população, remete-se à habitação, ao trabalho, a saúde, a educação, a cultura, ao esporte e lazer, ao saneamento básico, a circulação e ao transporte, a segurança, ao abastecimento e ao convívio com a natureza;

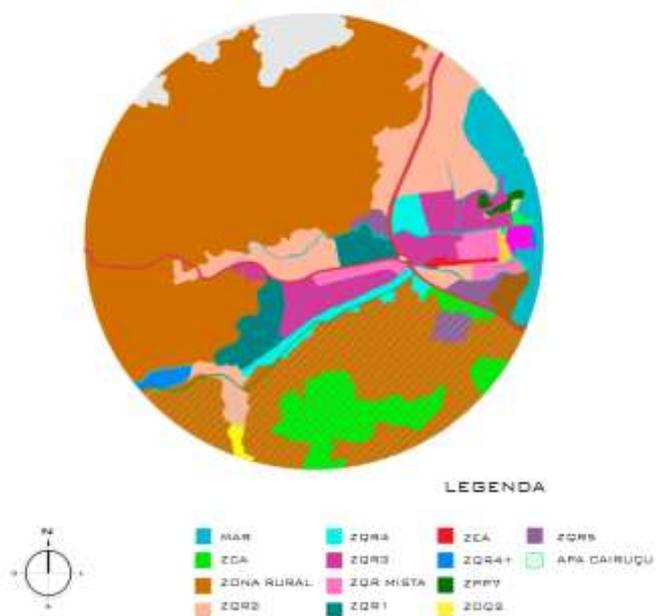
Além de constituir diretrizes para proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico paisagístico e arqueológico, fazendo aproveitamento pleno dos recursos administrativos e financeiras e a utilização sustentável dos recursos naturais, culturais e econômicos do município, respeitando a participação efetiva da comunidade e suas entidades representativas.

Contempla, instrumento normativo de uso do solo, os princípios básicos das atividades econômicas e do desenvolvimento cultural e científico, das atividades turísticas, das atividades comerciais e de serviço, gestão de proteção do patrimônio natural e cultural, gestão das comunidades de conservação ambiental, na qual foi usado para embasamento e desenvolvimento do seguinte projeto. (LEI COMPLEMENTAR Nº 034, 2007.)

Abaixo em separado em duas zonas (Z1 e Z2) temos as duas regiões de estudo situada na zona central do município, separadas em rota terrestre e marítima, podemos visualizar a disposição do zoneamento que abrange as localidades e seu entorno:

Figura 2 - Mapa zoneamento – Z1

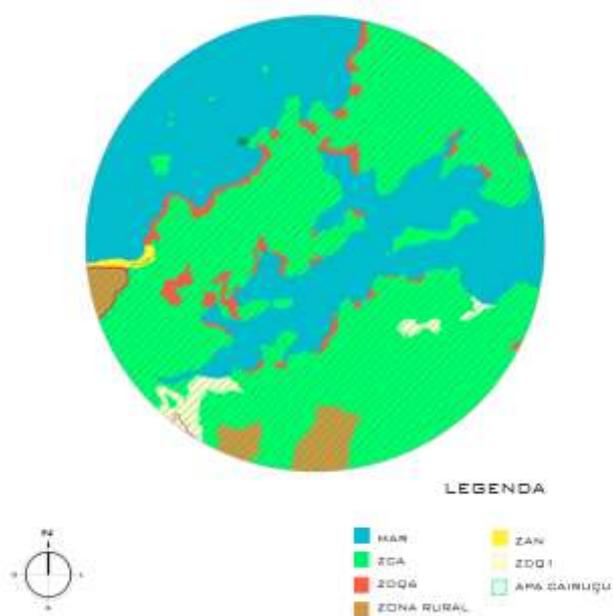
### Z1 – APA E ZONEAMENTO



Fonte: Plano Diretor (2006) – Produção Autoral (2020)

Figura 3 – Mapa de Zoneamento – Z2

### Z2 – APA E ZONEAMENTO



Fonte: Plano Diretor (2006) – Produção Autoral (2020)

## **11. CARTAS PATRIMONIAIS**

Cartas Patrimoniais são documentos que contém desde conceitos a medidas administrativas e diretrizes documentais, promoção da proteção patrimonial, planos de proteção e preservação do patrimônio, incluindo história, arte e / ou cultura. São mais de 40 “Cartas” escritas por especialistas e organizações dedicadas ao patrimônio cultural (IPHAN, 2015), e ainda estão em evolução e constantemente complementadas.

Muitos documentos foram preparados, alguns dos quais com descrições mais detalhadas, enquanto outros são descritos de forma mais simplificada, porém todos os documentos trouxeram contribuições importantes para temas relacionados à preservação da história, da arte e do patrimônio cultural. Um resumo de cada carta aos pais será fornecido, apontando os aspectos mais relevantes.

### **11.1 CARTAS DE ATENAS – 1931 / 1933**

Há duas cartas de Atenas, uma escrita em 1931 e outra escrita em 1933, expressando idéias importantes sobre a proteção do patrimônio e o novo urbanismo.

Primeiro, consulte o Escritório Internacional da Associação Internacional de Museus para discutir as principais preocupações da época, incluindo a legislação, tecnologia e princípios para a proteção da história e das obras de arte. Nesse sentido, o documento indica a necessidade das organizações realizarem ações e consultas relacionadas à proteção e restauração do patrimônio, bem como à legislação que ampara tais ações para a garantia de direitos coletivos (IPHAN-Carta de Atenas, 1931).

No entanto, durante o período de expansão do desenvolvimento urbano, a Carta de Atenas de 1933 tratou da questão das novas cidades. Resultado da Conferência Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), o manifesto tem como tema principal uma cidade funcional e conta com arquitetos e urbanistas renomados, entre eles Le Corbusier. Discutiu o “urbanismo racionalista”, que considerou o planejamento regional, a infraestrutura, o aproveitamento da divisão regional, a verticalização das edificações e a industrialização dos componentes e a padronização das edificações, buscando um novo rumo para o urbanismo (IPHAN-Carta 1933 Atenas II no ano).

## **11.2 CARTA DE VENEZA – 1964**

Em 1964, na II Conferência Internacional de Arquitetos e Técnicos de Sítios Históricos, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) formulou a "Carta de Veneza", que incidia sobre a falta de uma ação interdisciplinar para proteger e restaurar os produtos culturais. plano.

Em primeiro lugar, os monumentos históricos são definidos como obras isoladas, que são locais urbanos ou rurais que testemunham civilizações específicas, grandes evoluções ou eventos históricos. Posteriormente, descreveu como objetivo a proteção e restauração de monumentos, visando a preservação da própria obra e de seu testemunho histórico.

O documento acredita que a manutenção exige manutenção frequente e será sempre favorecida quando sua finalidade é ser útil à sociedade, mas vale ressaltar que o layout ou a decoração do prédio não sofrerá alterações. Outro ponto levantado foi a proibição da movimentação de monumentos, a menos que sua preservação exija tais ações, ou quando houver interesses nacionais e internacionais.

A restauração é considerada um ato especial, e tem como objetivo preservar e revelar o valor estético e histórico do monumento com base nos materiais originais, documentos e tempo de criação. Como importante princípio norteador, os elementos que substituem as peças faltantes devem ser integrados harmoniosamente, mas é fundamental distingui-los das peças originais para que a restauração não forje o objeto em questão (IPHAN-Carta de Veneza, 1964).

## **11.3 CARTA DO RESTAURO – 1972**

A "Carta da Restauração" foi formulada pelo Ministério da Educação Pública da Itália em 1972. São 12 artigos que descrevem diretrizes para intervenções em todos os tipos de arte, desde monumentos arquitetônicos, pinturas e esculturas a edifícios monumentais, históricos ou ambientalmente significativos, centros históricos, coleções de arte e jardins particularmente importantes.

Neste documento, restauração é definida como qualquer intervenção, não necessariamente uma intervenção direta, de forma a mantê-la em funcionamento, promover a leitura e divulgar integralmente as obras acima mencionadas. Descreve todas as diretrizes, etapas, atribuições, obras, técnicas e procedimentos de preservação e restauração do patrimônio histórico, artístico e cultural (IPHAN-Carta do Restauo, 1972).

#### **11.4 CARTA DO TURISMO CULTURAL – 1976**

A “Carta do Turismo Cultural” criada pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) em 1976 define o turismo cultural como uma forma de turismo que visa a compreensão dos monumentos e sítios históricos e artísticos, incluindo a Carta do Turismo Cultural. Como fato social, humano, econômico e cultural, expressa-se de forma extremamente positiva. Portanto, o turismo cultural prova e incentiva as pessoas a trabalharem duro para preservar e preservar o patrimônio histórico e artístico. Para assegurar tais conquistas, é necessário formular e aplicar medidas políticas destinadas a manter e manter a direção do movimento turístico pelos meios básicos (IPHAN-Carta do Turismo Cultural, 1976).

## **12. PLANO DE MANEJO DA APA CAIRUÇU 2005 E 2018**

A APA de Cairuçu possui um novo plano de manejo, o Decreto nº 533, de 24 de maio de 2018, que estabelece novas divisões para o território e estabelece regras gerais e específicas para cada divisão.

Desde a edição do Decreto nº 8.775 em 11 de maio de 2016, foi iniciado o processo de revisão do plano de manejo que está em vigor desde 2005. Considerando seu escopo e importância, foi selecionado um processo de revisão participativa para divulgar informações sobre os diversos locais da unidade de circulação, levando a necessidades e oportunidades a serem incorporadas ao próprio processo. O resultado é um documento construído coletivamente que reflete a realidade das comunidades que vivem na APA e seus diferentes usos para a área. Para coordenar essas diferentes necessidades e o objetivo de criar a APA de Cairuçu, a área técnica, a comunidade, os setores público e comercial chegaram a um acordo sobre o seu conteúdo.

O processo de revisão foi realizado pela equipe da APA e pelo comitê gestor do departamento, que identificou quatro etapas de desenvolvimento: seminários de diagnóstico participativo, reuniões departamentais com instituições públicas e empresários, seminários técnicos e seminários de planejamento participativo. As três primeiras etapas definem o contexto e permitem que a equipe descreva a situação de todos os envolvidos no uso da área de APA. A partir disso, foi feito um planejamento, a situação atual foi integrada e os parâmetros futuros foram determinados. Uma equipe do ICMBio foi designada para concluir o documento, que foi discutido em profundidade no seminário de planejamento em dezembro de 2017. Os resultados desse trabalho foram aprovados e verificados pelo comitê gestor, e posteriormente aprovados pela gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

### **13. REFERÊNCIAS PROJETUAIS**

As referências projetuais aqui apresentadas, foram escolhidas com o propósito de estudar as problemáticas e soluções encontradas para a idealização do projeto, encontrando semelhança e surgindo potencialidades que seriam cabíveis para o contexto onde o objeto de estudo se encontra inserido.

Para iniciar a discussão, será apresentada a contribuição de projetos como o Centro Cultural Municipal Parque das Ruínas, localizado no bairro de Santa Teresa, na cidade do Rio de Janeiro nos traz. Assim como o objeto de estudo desse trabalho, o parque se encontrava em ruínas e a intervenção trouxe acessibilidade e preservação através de implementação de passarelas e escadas metálicas, possibilitando os visitantes caminharem nas ruínas sem trazer danos ao patrimônio, referente a infraestrutura para o local, foi desenvolvida para acolher manifestações culturais, tendo um auditório e uma amplo pátio para interação ao ar livre, e uma cafeteria atendendo as necessidades alimentícias. Sendo assim, nos faz crer, que o partido arquitetônico utilizado, além de ter técnicas e materiais contemporâneos intensificou o olhar para o passado, assim como as políticas de patrimônio adotadas são cabíveis a interação cultural e turística sem que interfira na conservação do bem tombado. Assim como o Parque das Ruínas, o sítio arqueológico de São Miguel das Missões, situado na cidade de São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul se encontrava em ruínas em situação de abandono, o projeto traz referencial em conservação e preservação dando respaldo ao turismo, por valorizar a sua rica história. Desta forma, trago como incentivo e motivação, um olhar mais maduro perante as técnicas de valorização do patrimônio enquanto história e cultura do local.

#### **13.1 PARQUE DAS RUÍNAS SANTA TERESA – RJ**

O casarão construído no final do século XIX, localizado no Bairro de Santa Teresa, na capital do Rio de Janeiro, propriedade de Laurinha Santos Lobo, sofreu sucessivas reformas e intervenções ao longo dos anos. Após sua morte, a casa sofre o abandono, e por consequência é saqueada e serve de abrigo para moradores de rua e traficantes, chegando enfim ao estágio de ruínas. Em 1993, sua realidade começa a mudar, a prefeitura do Rio de Janeiro toma posse da casa e os arquitetos Ernani Freire e Sônia Lopes começam o desenvolvimento do projeto de criação do Centro Cultural Parque das Ruínas, que é finalizado em 1997.

Figura 4 - Croqui antiga casa



Fonte: CENTRO CULTURAL PARQUE DAS RUÍNAS.

O projeto tem como abordagem micro urbana, interligando o terreno da casa em ruínas, a Chácara do Céu e um terreno plano e vazio, ambos vizinhos da construção, e segue pelo ramo da revitalização, embora não fosse tombado, faz parte da história do bairro em que está inserida. A intervenção buscou tratar a ruína como ela estava integrando uma nova infraestrutura, utilizando das potencialidades como por exemplo a entrada de luz que era possibilitada pela ausência do telhado e vãos já sem esquadrias, vegetação em total harmonia com as alvenarias e vãos, além da visão do entorno que é magnífica.

Figura 5 - Croqui da intervenção



Fonte: CENTRO CULTURAL PARQUE DAS RUÍNAS.

Com a intervenção no imóvel, criou-se uma ponte entre o passado e o presente. Entre as paredes em ruínas foram instaladas passarelas e escadas metálicas conduzindo os visitantes a um tempo e espaço imaginário. As estruturas servem de suporte para o fortalecimento da construção e criam espaços de circulação interna em vários níveis.

Imagem 1 - Passarelas



Fonte: CELSO BRANDO.

Imagem 2 - Passarelas



Fonte: CELSO BRANDO.

O parque conta com auditório com capacidade de 100 pessoas, um palco de 88 metros quadrados, sala de exposições temporárias e cafeteria. O espaço tem uso comum de concertos, seminários, shows, palestras e outros eventos de caráter cultural.

Os dois ambientes que cativam mais o público são o último piso, onde encontrasse um mirante, oferecendo uma vista panorâmica privilegiada do Centro do Rio, Baía de Guanabara e

da Zona Sul, podendo-se contemplar marcos como Cristo Redentor, Pão de Açúcar, a Central do Brasil, os Arcos da Lapa, o Aeroporto Santos Dumont, entre outros e a cafeteria possuindo forma de coreto, por ter sido encontrado no projeto original um coreto que jamais chegou a ser construído.

Imagem 3 - Vista do Mirante



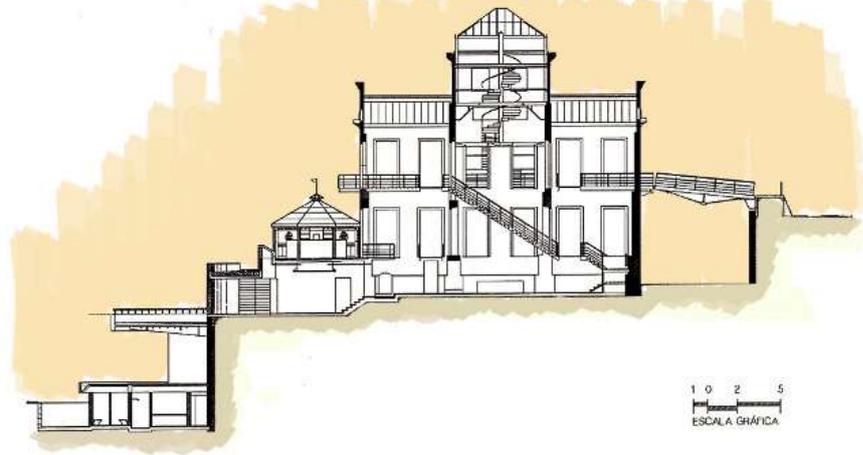
Fonte: CELSO BRANDO.

Figura 6 - Corte do projeto já executado



Fonte: ERNANI FREIRE ARQUITETOS.

Figura 7 - Corte do projeto já executado



Fonte: ERNANI FREIRE ARQUITETOS.

### 13.2 SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE SÃO MIGUEL DAS MISSÕES - RS

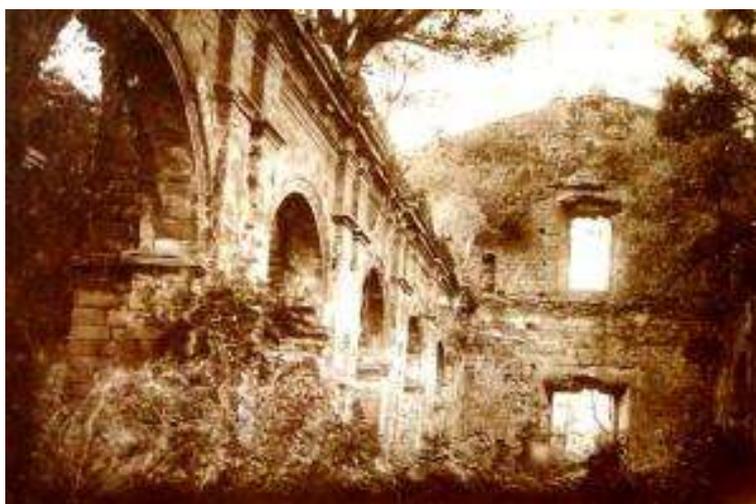
O sítio arqueológico de São Miguel das Missões, Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, pela Unesco, em 1983, é um dos conjuntos mais importantes em terras brasileiras. Representa importante testemunho das relações culturais entre os povos nativos, na maioria da etnia Guarani, e missionários jesuítas europeus, além da ocupação do território durante os séculos XVII e XVIII.

Imagem 4 - Fachada da Igreja de São Miguel, entre 1925 e 1927



Fonte: ARQUIVO HISTÓRICO DO RS.

Imagem 5 - Interior da Igreja de São Miguel, entre 1925 e 1927



Fonte: ARQUIVO HISTÓRICO DO RS.

Em 1937, o arquiteto Lucio Costa esteve no Rio Grande do Sul, a fins de analisar os remanescentes dos Sete Povos das Missões e a visita resultou no tombamento do sítio, pelo IPHAN, em 1938. No mesmo ano estendendo-se até 1940, as obras de estabilização da igreja e a construção do prédio do museu, foi dirigido pelo arquiteto Lucas Mayerhofer, cujo projeto original foi desenvolvido por Lucio Costa.

Os vestígios materiais existentes no sítio são compostos pelo corpo principal da igreja, campanário e sacristia, fundações e bases das ocupações indígenas, partes das construções conventuais, praça, canalizações pluviais, horto, objetos sacros, que permitem expressar a singularidade do local e suas trocas culturais.

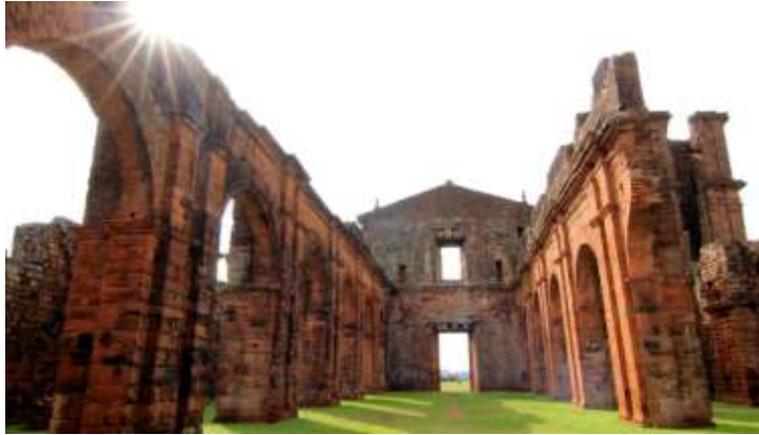
O novo projeto em uma explicação simplificada, é constituído de duas áreas de construções, distribuídas por duas quadras, separadas por uma rua, sendo articulada por uma larga e extensa praça, a sua volta situa-se os edifícios de tons avermelhados em concreto e pedra, referência aos claustros e pátios dos colégios jesuítas. Uma das quadras tem como finalidade as atividades de convivência do Centro de Tradições Nativistas, preservando ali o rancho crioulo original, e a sede da Secretaria Municipal de Turismo. A outra quadra destinou-se ao novo museu, com um auditório e as sedes locais do IPHAN e IBRAM.

Imagem 6 - Vista aérea de parte do complexo pós intervenção.



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DAS MISSÕES.

Imagem 7 - Interior da igreja pós intervenção



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DAS MISSÕES.

## 14. VISITA TÉCNICA

A visita técnica foi realizada com o intuito de conhecer um pouco mais sobre os locais de estudo e analisar as particularidades e seu estado atual de preservação.

O primeiro local visitado foi a antiga Fazenda Boa Vista, atualmente, Marina do Engenho, sendo a Fazenda mais próxima ao centro de Paraty, tanto por meio terrestre quanto marítimo, se encontra voltada ao centro histórico, situada na borda d'água.

### 14.1 FAZENDA BOA VISTA

A fazenda Boa Vista, localiza-se no KM 580 da Rodovia Governador Mário Covas (Rio Santos), 13952-14054, 23970-000 – nas coordenadas 23°13'43,59" S 42°41'36" O, a 6km do centro de Paraty – RJ.

Sua construção está diretamente relacionada aos ciclos econômicos do Brasil e a grande importância da aguardente para economia da região desde o século XVII. Fazendo-se assim privilegiada por sua localização em borda d'água, de frente ao centro da cidade. O primeiro relato encontrado refere-se a 1849 (Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial as Corte e Província do Rio de Janeiro), mas acredita-se que seja datado em meados do século XVIII.

Imagem 8 - Inferno da roda d'água



Fonte: AUTORA, 2020.

Construída em terreno em declive, com 512m<sup>2</sup> de área construída. Para a obtenção de energia, foram utilizadas com exceção do vapor, força humana, tração animal e por último roda d'água.

Imagem 9 - Vista posterior casarão



Fonte: AUTORA, 2020.

Imagem 10 - Perspectiva fachada



Fonte: AUTORA, 2020.

Partido arquitetônico utilizado na construção do engenho da Fazenda Boa Vista, é o “Partido Único”, notáveis pelas suas características de todos os cômodos e serviços serem sob o mesmo teto, em cada pavimento uma função, por exemplo: depósito e destilaria no térreo, e acomodações, sala do sagrado e serviços de cozinha no pavimento superior, rodeado por uma grande varanda. A senzala era a única construção à parte desse complexo.

Suas fachadas são orientadas para norte e tentam abrigar-se dos ventos do sul. Sua técnica construtiva é de gaiola de pau-a-pique e paredes sobre embasamento de pedra, telhado

com múltiplas águas, utilizando telhas de capa e canal e certa complexidade estrutural, vergas curvas e retas.

Imagem 11 - Detalhe Alpendre



Fonte: AUTORA, 2020.

Hoje não há mais resquícios de senzalas, a indicações de que eram construídas próximas a casa-grande proporcionando ao senhor de engenho boa visão, com técnica construtiva de pau-a-pique, e provavelmente demolidas com a abolição da escravatura. A construção do casarão encontra-se em estado crítico de preservação, já não possui a roda d'água que servia para a produção de cachaça. O telhado da parte onde situava-se o alambique veio a ruir, ocasionando também a perda da construção interna.

Imagem 12 - Detalhe telhado



Fonte: AUTORA, 2020.

Imagem 13 - Salão de armazenamento



Fonte: AUTORA, 2020.

Seu entorno foi descaracterizado como fazenda colonial, tornando-se uma marina e trazendo mudanças drásticas a borda d'água e vista a partir do casarão.

Imagem 14 - Vista do mar

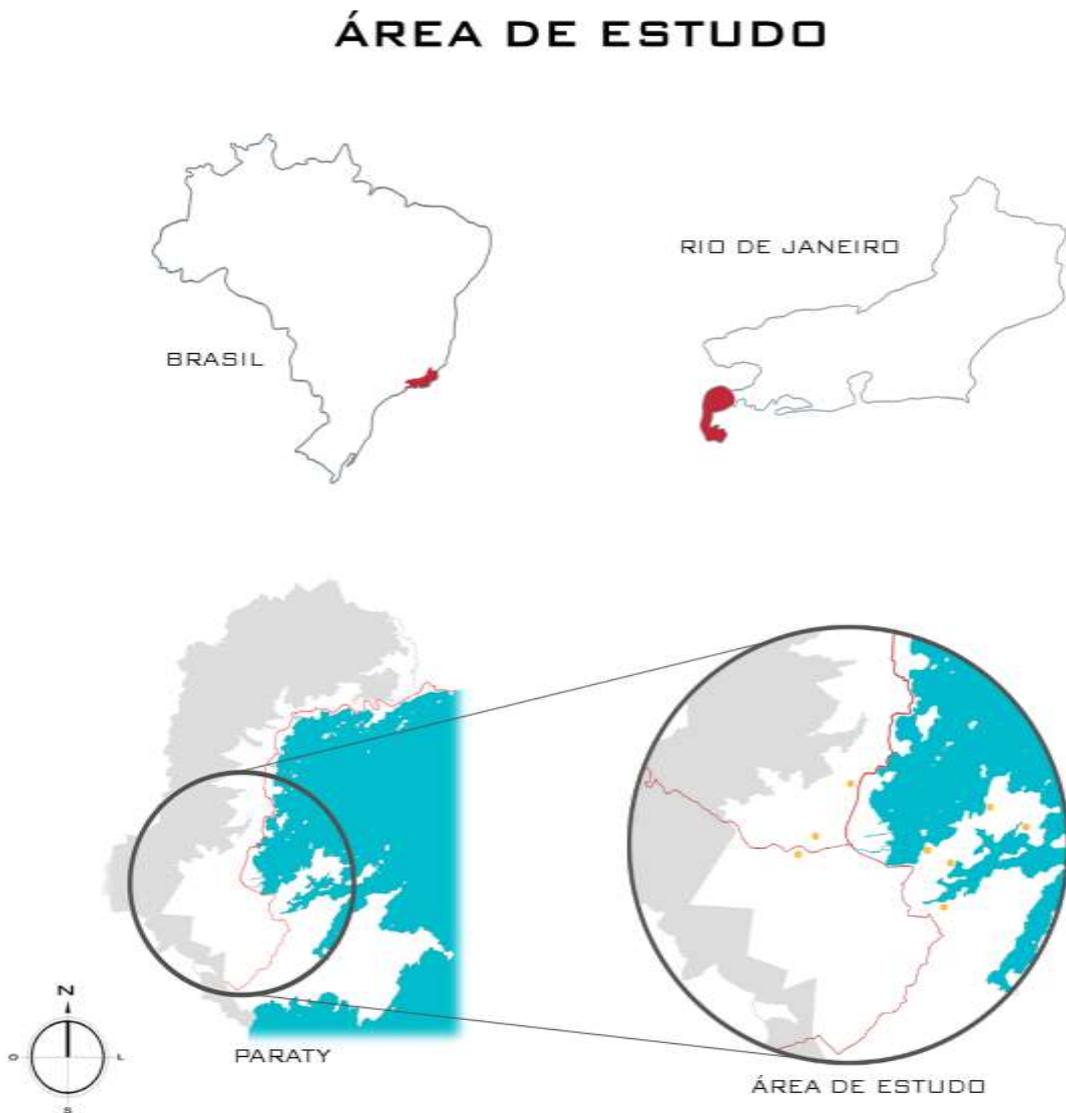


Fonte: AUTORA, 2020.

## 15. ÁREA DE ESTUDO

O trabalho foi desenvolvido na escala urbana e arquitetônica, nos limites indicados abaixo, sendo tanto na borda d'água quanto nas construções e ruínas de fazendas, a serem conservadas e recuperadas, no município de Paraty, Estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, analisando a espacialidade da cidade no ciclo da cachaça (cana de açúcar), a partir de meados do século XVIII ao fim do século XX, dando seguimento até os dias atuais se transformando no ciclo do turismo.

Figura 8 - Localização da área de estudo.



Fonte: Google Earth (2018) – Produção Autoral (2020)

## 15.1 MUNICÍPIO DE PARATY

Localizado ao sul do Rio de Janeiro, área denominada Costa Verde. Fazendo limite a norte com Angra dos Reis-RJ, ao sul com Ubatuba-SP, a leste com Oceano Atlântico e a oeste com Cunha-SP. Seus acessos são por apenas duas rodovias, a Estrada Parque Paraty-Cunha (RJ-165) e a Rodovia Governador Mário Covas (BR-101), popularmente conhecida como Rio-Santos.

Figura 9 – Limite e divisas de município.



Fonte: Google Earth (2018) – Produção Autoral (2020)

Paraty – Cunha -----23km

Paraty – Ubatuba -----77km

Paraty – Angra dos Reis -----93km

### **15.1.1 Relevo**

Topograficamente o município é constituído de uma grande parte montanhosa e de uma baixada descontínua ao longo do litoral.

A baixada que chega a 3km de comprimento sentido ao mar-serra no local onde está a cidade, desaparece em vários locais, onde a montanha encosta no mar.

### **15.1.2 Hidrografia**

Em virtude de sua localização, na base da Serra do Mar, possui um grande número de rios, destacando o Rio Matheus Nunes e o Rio Pereque Açú, ambos cortam o centro da do município.

### **15.1.3 Clima e Temperatura**

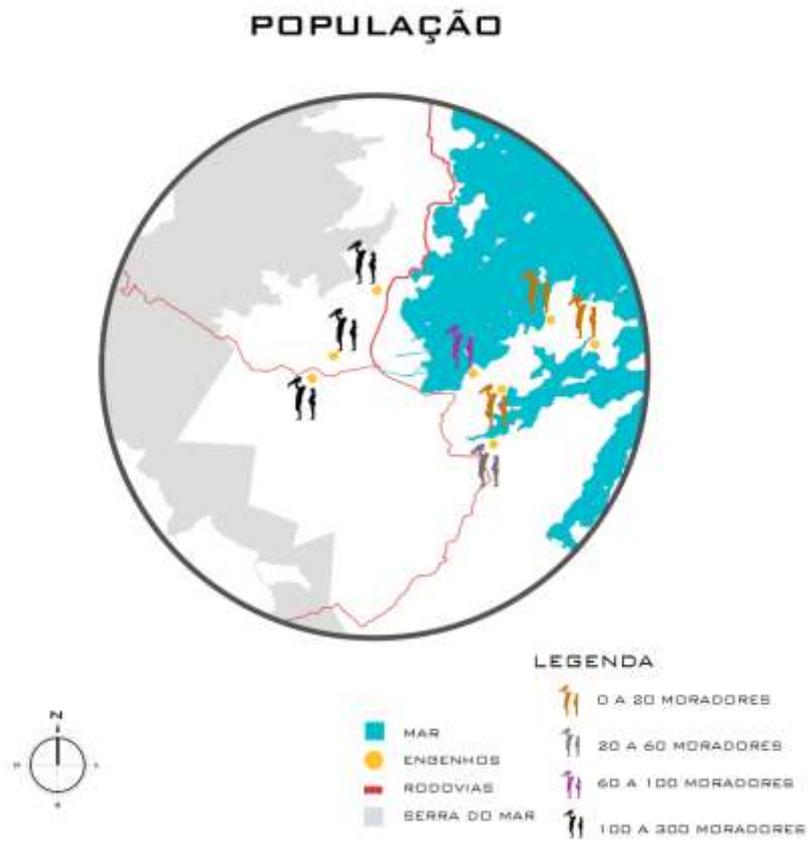
Está presente na zona climática Z8, com verões quentes sem estação seca. Quente e úmido a beira mar, apresentando na região serrana condições excepcionais de salubridade. Já a temperatura varia entre 35°C de máxima e 12°C de mínima, com maiores ocorrências de chuva no período de janeiro, fevereiro, novembro e dezembro.

### **15.1.4 População**

População estimada em 37.533 habitantes, densidade demografia de 40,57 hab/km<sup>2</sup> e IDHM de 0,693 segundo IBGE (2011).

Podemos visualizar no mapa abaixo a proporção populacional na área de estudo:

Figura 10 – Mapa de população na área de estudo.



Fonte: IBGE (2011) – Produção Autoral (2020)

## 16. LEVANTAMENTOS

A principal objetivo do levantamento é identificar informações pertinentes à elaboração de uma proposta de intervenção seja ela arquitetônica ou urbanística, realizando estudos de infraestrutura, classificação socioeconômica da área, mobilidade urbana e outros.

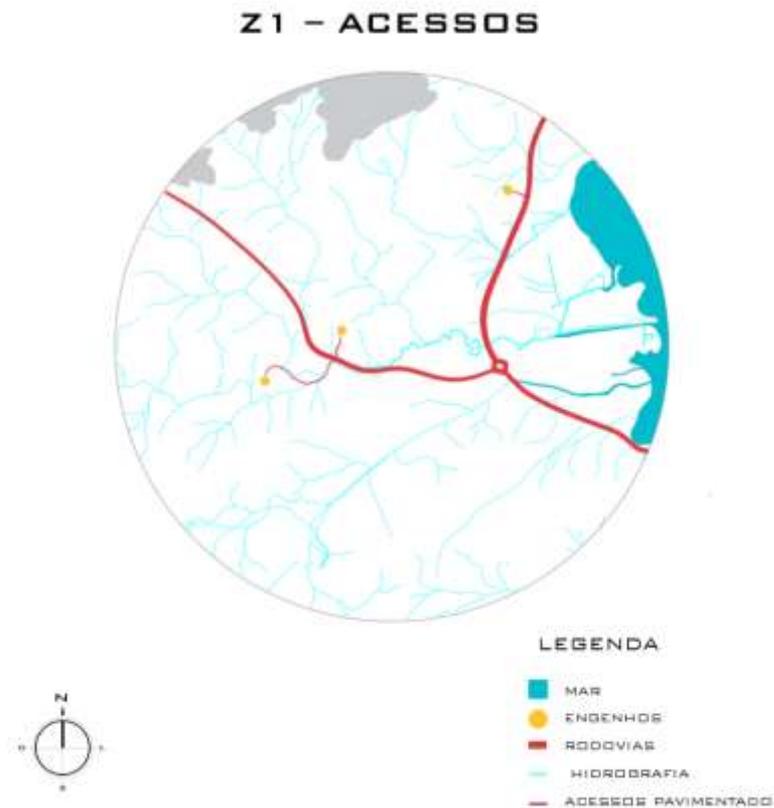
### 16.1 ZONA 1

Zona 1 (Z1), está localizada na região central do município, englobando as Fazendas Bom Retiro, Bananal e Nossa Senhora da Conceição, sendo todos os acessos por via terrestre.

#### 16.1.1 Acessos

Os acessos para as fazendas são conduzidos pelas rodovias Governador Mário Covas – (BR-101) de norte a sul e Estrada Parque Paraty-Cunha (RJ-165) de leste a oeste e pelas estradas municipais Bananal e Pedra Branca.

Figura 11 – Mapa de acessos – rodovias e hidrografia – Z1

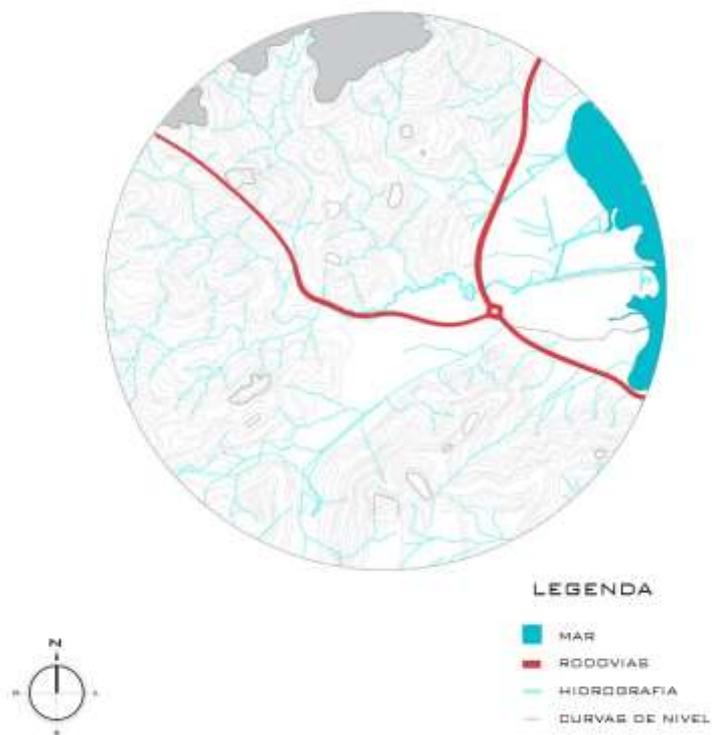


Fonte: Plano Diretor (2006) – Produção Autoral (2020)

## 16.1.2 Topografia

Figura 12 - Topografia Z1

### Z1 - TOPOGRAFIA



Fonte: Plano Diretor (2006) – Produção Autoral (2020)

## 16.2 ZONA 2

Zona 1 (Z1), está localizada na baía de Paraty, englobando as Fazendas Boa Vista, Engenho D'água, Serraria, Fundão e Itatinga, sendo elas com acessos por vias terrestre e marítima.

### 16.2.1 Acessos

Os acessos para as fazendas são conduzidos pela baía de Paraty em transportes náuticos e acesso terrestre pela rodovia Governador Mário Covas – (BR-101) de norte a sul e seguimentos por pequenas estradas de terra, além da possibilidade de se fazer trilhas mato a dentro.

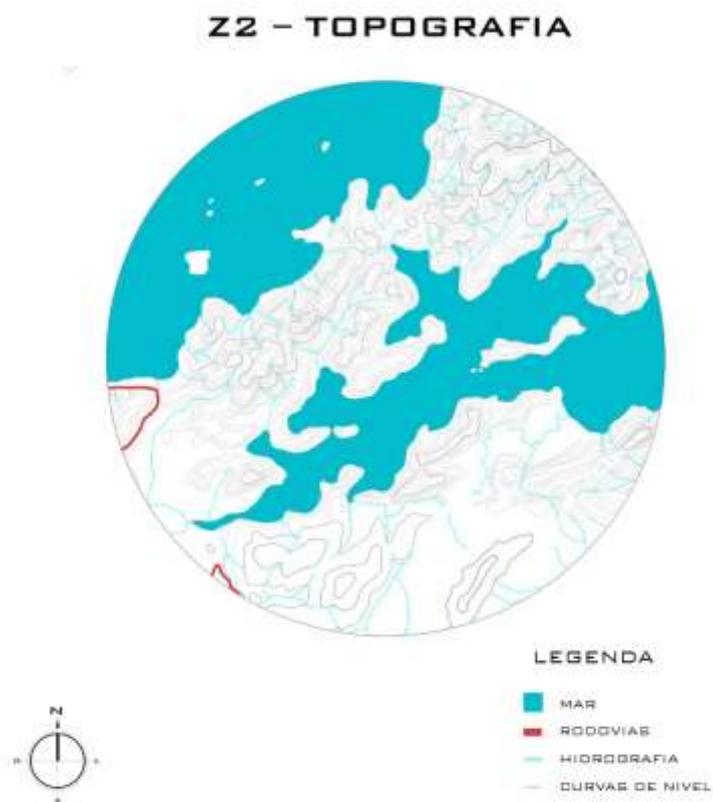
Figura 13 – Mapa de acessos – rodovias e hidrografia – Z2



Fonte: Plano Diretor (2006) – Produção Autoral (2020)

## 16.2.2 Topografia

Figura 14 – Topografia Z2



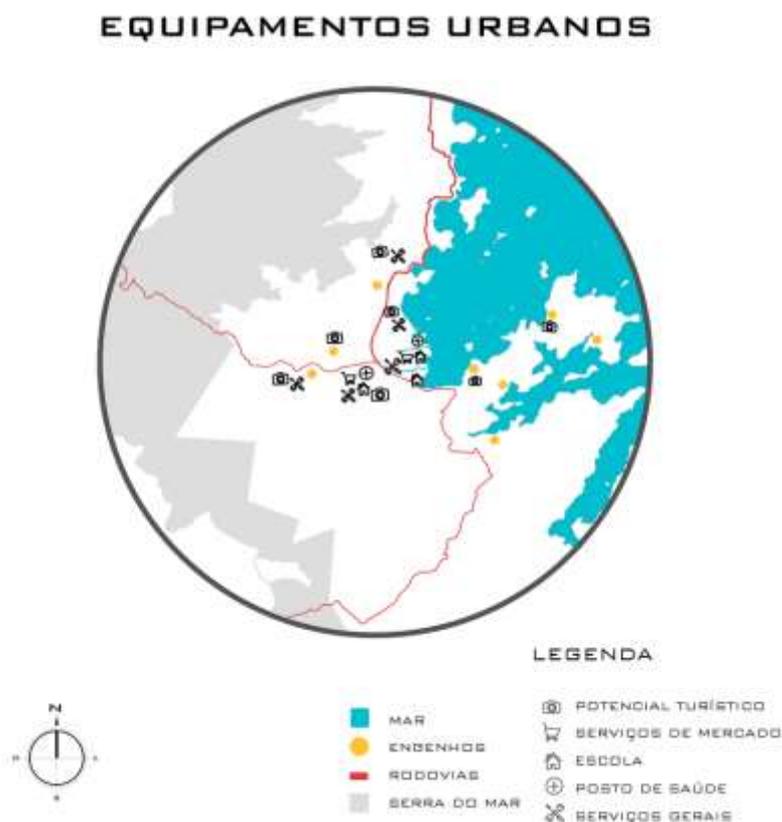
Fonte: Plano Diretor (2006) – Produção Autoral (2020)

### 16.3 EQUIPAMENTOS URBANOS

Equipamento urbano refere-se ao termo de bem público ou privado de serviço público, destinado à prestação de serviços necessários à operação urbana, e que tenha sido autorizado pelo poder público em locais públicos e privados. As instalações nas comunidades funcionam como locais sociais. Isso levando em consideração as características de qualidade das instalações da cidade e da comunidade.

Segue em mapa a baixo a distribuição dos equipamentos na área de estudo:

Figura 15 – Mapa de análise de equipamentos urbanos.



Fonte: Google Earth (2020) – Produção Autoral (2020)

## 17. PONTENCIAIS X PROBLEMÁTICAS

Tabela 6 – Potenciais x problemáticas = possibilidades

	<b>PROBLEMAS</b>	<b>POTENCIAIS</b>	<b>POSSIBILIDADES</b>
<b>HISTÓRIA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ FALTA DE ACESSO</li> <li>▪ FALTA DE BIBLIOGRAFIAS SOBRE O TEMA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ PROPAGAÇÃO DO SABER</li> <li>▪ REGISTROS</li> <li>▪ PREVENÇÃO E CONSERVAÇÃO</li> <li>▪ DIDÁTICA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ PESQUISA EM FONTES PRIMARIAS</li> <li>▪ ACERVO DIGITAL</li> </ul>
<b>ROTA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ DEGRADAÇÃO DO MEIO AMBIENTE</li> <li>▪ TURISMO SEM CONTROLE/PREJUDICIAL</li> <li>▪ NÃO ACESSÍVEL</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ ECOTURISMO</li> <li>▪ TURISMO CONSCIENTE</li> <li>▪ ACESSÍVEL</li> <li>▪ ITINERANTE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ GUIA EXPLICATIVO DIGITAL</li> <li>▪ POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE</li> <li>▪ POLÍTICAS DE TURISMO CONSCIENTE</li> <li>▪ POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO</li> </ul>
<b>MUSEU</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ EDIFICAÇÃO</li> <li>▪ CONSUMO NÃO CONSCIENTE DE BEBIDAS</li> <li>▪ FALTA DE ACESSO A CULTURA CACHACEIRA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ CENTRO DE CULTURA</li> <li>▪ EDUCAÇÃO</li> <li>▪ CONSCIENTIZAÇÃO (AA)</li> <li>▪ DIDÁTICO</li> <li>▪ ACESSÍVEL</li> <li>▪ PRODUÇÃO DE CACHAÇA EXPLICADA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ PROJETO DO MUSEU</li> <li>▪ MUSEU DIGITAL (APP)</li> </ul>
<b>RUÍNAS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ DETERIORAÇÃO</li> <li>▪ MAU USO</li> <li>▪ SITUAÇÃO ATUAL</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ INFRAESTRUTURA DE QUALIDADE</li> <li>▪ RECONSTRUÇÃO EM 3D</li> <li>▪ ACESSOS</li> <li>▪ NATUREZA</li> <li>▪ VIVÊNCIA DO AMBIENTE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ DIRETRIZES DE INFRAESTRUTURA</li> <li>▪ REPRODUÇÃO EM 3D</li> <li>▪ POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL</li> </ul>
<b>SOCIEDADE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ TURISMO NÃO AMIGÁVEL</li> <li>▪ TRABALHO EXPLORATÓRIO</li> <li>▪ FALTA DE CONVITE A CULTURA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ FONTE DE RENDA</li> <li>▪ CONHECIMENTO DA PRÓPRIO HISTÓRICO CULTURAL</li> <li>▪ TURISMO AMIGÁVEL</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ TURISMO AMIGÁVEL</li> <li>▪ MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO</li> <li>▪ FONTE DE RENDA</li> <li>▪ CONEXÃO HISTÓRICA CULTURAL</li> </ul>

Fonte: Autora, 2020.

## 19. MATERIAIS

### 19.1 AÇO PATINÁVEL [AÇO CORTEN]

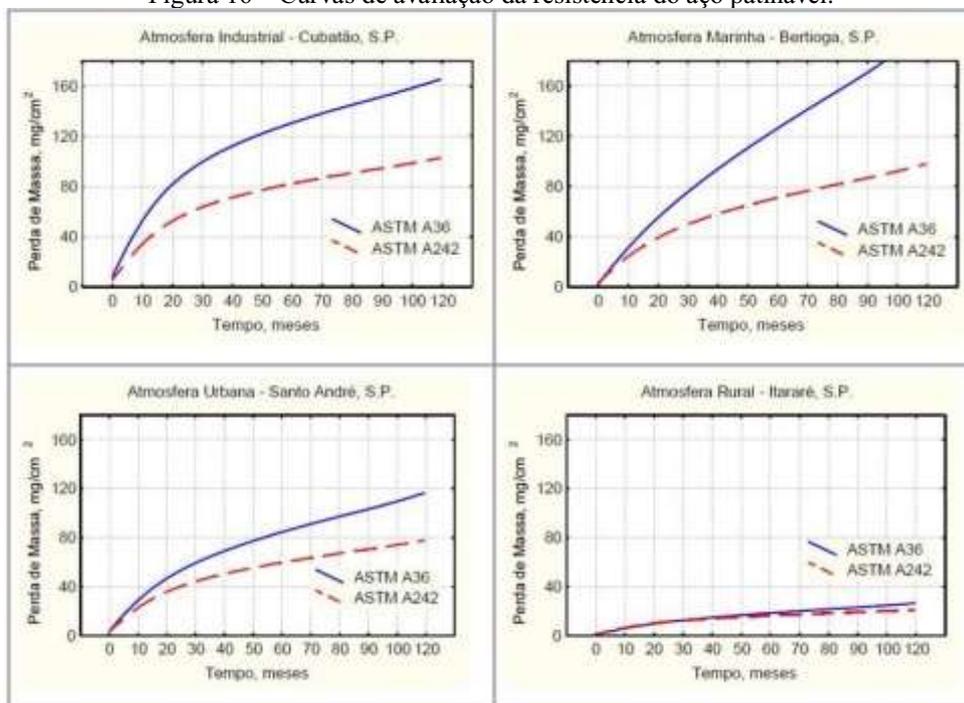
O aço patinável, mas conhecido como “aço corten”, considerado um aço de baixa liga foi incentivado a partir de 1930, dando suporte a indústria ferroviária, permitindo a produção de vagões mais leves, porém, só em 1958 começou a ser utilizado em obras de arquitetura, devido as suas características anticorrosivas.

#### 19.1.1 Características

Uma das principais características do material, é que sob certas condições, principalmente a agentes corrosivos, pode desenvolver uma película de óxido de cor avermelhada, aderente e protetora, atuando na redução da velocidade de agentes corrosivos encontrados no meio ambiente, essa película se chama pátina.

A figura abaixo mostra as curvas de avaliação da resistência do aço patinável à corrosão e de um aço carbono comum, ambos expostos às atmosferas industrial, urbana, rural e marinha:

Figura 16 – Curvas de avaliação da resistência do aço patinável.



Fonte: Gerdau (2019)

Tabela 7 - Avaliação da resistência do aço patinável.

AÇO	MEIO	k	n
ASTMA36	industrial	28,991	0,634
ASTMA36	marinho	6,462	0,274
ASTMA36	urbano	11,450	0,513
ASTMA36	rural	2,038	0,462
ASTMA242	industrial	19,886	0,655
ASTMA242	marinho	9,583	0,512
ASTMA242	urbano	11,257	0,594
ASTMA242	rural	3,414	0,618

Fonte: Gerdau (2019)

### 19.1.2 Utilização

O aço patinável é utilizado no mundo todo para construção de edifícios, passarelas, pontes, defensas, viadutos, telhas, torres de transmissão, assim como também é utilizado para a fabricação de esculturas e objetos decorativos.

Figura 17 – Utilização de aço patinável.



Fonte: Archdaily, 2020.

### 19.1.3 Vantagens

Além de grande parte dos ambientes dispensarem a pintura do material, possuem uma resistência maior que a dos aços estruturais comuns, podendo ser observado em ambientes extremamente agressivos, como regiões de orla marítima e regiões que apresentam grande poluição de dióxido de enxofre.

Outros fatores agregados são: instalação rápida, estética diferenciada, sustentabilidade, já que o material pode ser cem por cento reciclável, dispensa custos com manutenção devido a sua durabilidade, além, do baixo custo, chegando a ser metade do valor do m<sup>2</sup> de concreto.

## **19.2 VIDRO CEBRACE EMERALD**

### **19.2.1 Característica**

Vidro float verde intenso, possui um bom controle térmico podendo ser executado sem o uso de uma camada reflexiva. Além da proteção solar, exerce uma excelente transmissão de luz.

### **19.2.2 Utilização**

Utilizado em fachadas, portas, janelas, coberturas, sacadas e fechamento de varandas.

Figura 18 – Vidro Cebrace Emerald



Fonte: Cebrace, 2020.

### **19.2.3 Vantagens**

- Excelente passagem de luz, de 71% a 62%, de acordo com a espessura.
- Baixa reflexão, comparado aos vidros refletivos.
- Redução média de 40% do calor, em relação ao vidro incolor de mesma espessura.
- Permite maior conforto visual, pois evita o ofuscamento.

## 20. PLANEJAMENTO PROJETUAL

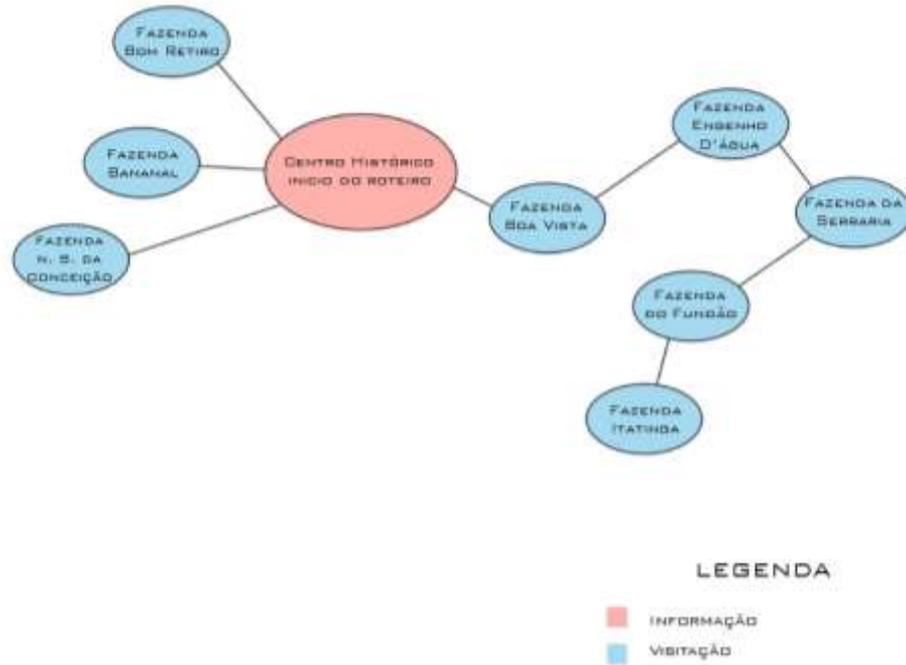
A partir dos levantamentos realizados foi realizado um breve estudo de isolamento e ventilação e posteriormente foi realizado fluxogramas para melhor entendimento e possibilidade de implantação.

Figura 19 – Estudo de ventilação e insolação



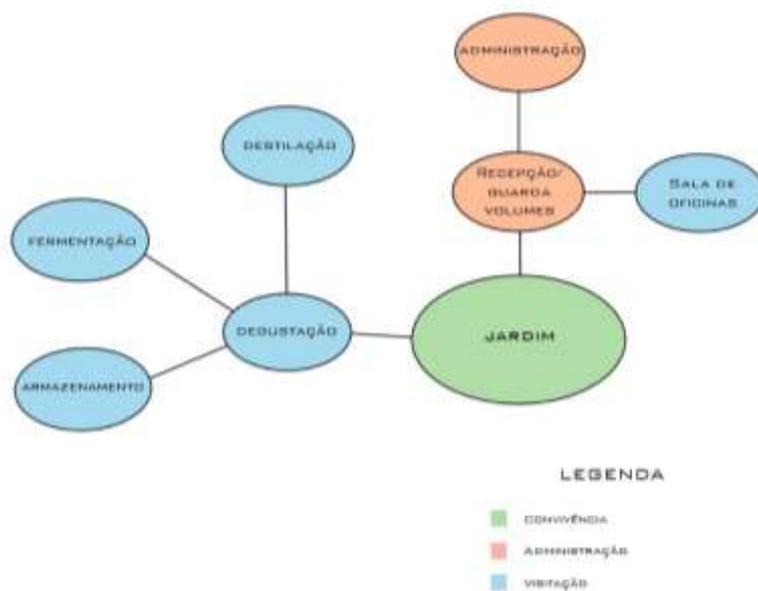
Fonte: Produção Autoral (2020)

Figura 20 – Fluxograma rota turística



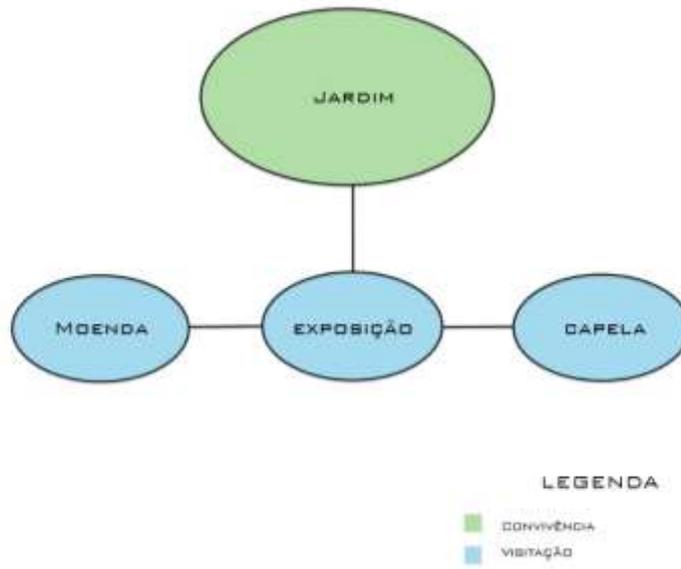
Fonte: Produção Autoral (2020)

Figura 21 – Fluxograma pavimento térreo do museu



Fonte: Produção Autoral (2020)

Figura 22 – Fluxograma pavimento superior do Museu



Fonte: Produção Autoral (2020)

## 20.1 FAZENDAS

Abaixo é apresentado um breve histórico das fazendas, sua localização e diretrizes sugeridas a serem implementadas.

### 20.1.1 Fazenda Boa Vista

#### 20.1.1.1 Situação



### 20.1.1.2 Histórico

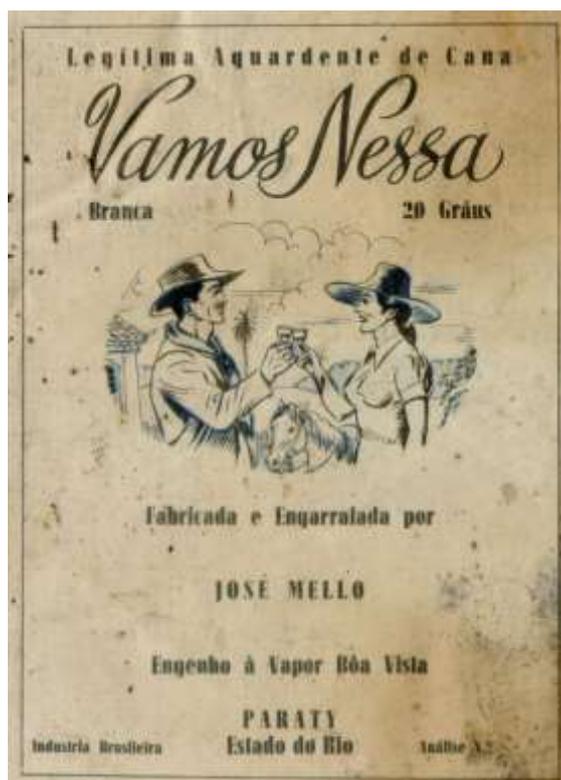
Seu acesso poder ser feito pela BR-101 sentido Ubatuba, ou por via marítima, sendo localizada na baía de Paraty, com vista para o centro histórico.

Sua construção é de engenho de partido único, conciliando casa grande com altar, alambique e senzala de domésticos sob o mesmo teto. Datada em meados do século XVIII, onde houve produção até o final do século XX, sendo sua principal atividade a produção de cachaça.

Seu estado de conservação se encontra em extrema necessidade de restauração, mas mantendo a mesma estrutura arquitetônica de quando foi desativada.

Essa fazenda foi morada de duas famílias tradicionais, uma alemã no qual Júlia da Silva Bruns Mann era uma das integrantes e a outra paratiense, a família Mello, referenciada por boa cachaça em toda a região.

Figura 23 – Rótulo Aguardente de Cana Vamos Nessa

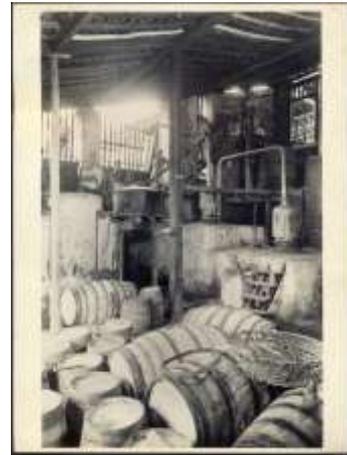


Fonte: Acervo Diuner Mello

### 20.1.1.3 Fotografias

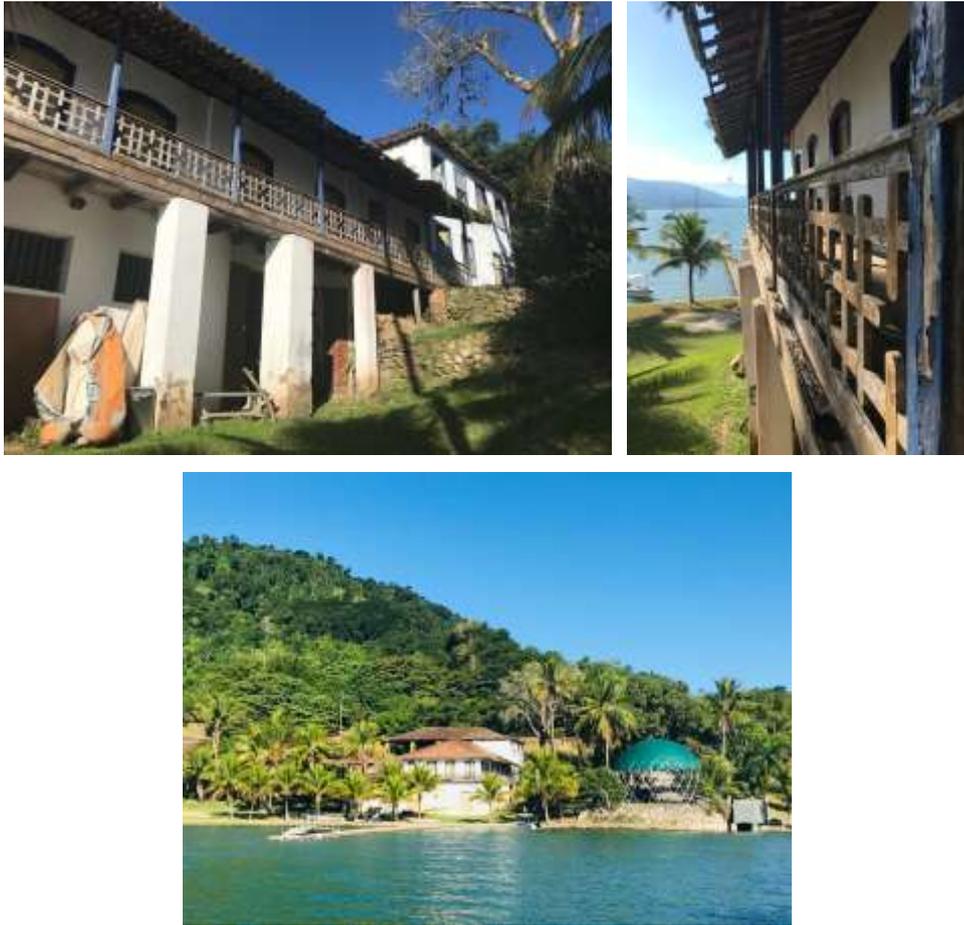
Figura 24 – Fotografias Fazenda Boa Vista - 1976





Fonte: Acervo Noronha Santos – IPHAN

Figura 25 – Fotografias atuais Fazenda Boa Vista



Fonte: Autora (2020)

#### 20.1.1.4 Diretrizes

Para a Fazenda Boa vista, considerando seu histórico, as diretrizes são para a realização de um memorial, tanto da família Mann, quanto da família Mello. Para isso seria necessário a realização do restauro do casarão e implementação de um flutuante como o do capítulo 20.3.5.

## 20.1.2 Fazenda Engenho D'água

### 20.1.2.1 Situação



### 20.1.2.2 Histórico

Acesso as atuais ruínas da fazenda Engenho D'água, necessariamente tem que ser feito via marítima.

Hoje infelizmente não possui mais o casarão, apenas a ruínas de ser alicerce e inferno com a roda d'água, além de algumas peças do antigo engenho. Por suas ruínas é possível identificar ser uma construção de engenho de partido único, assim como as demais estudadas, possibilitando então data-la por volta do século XVIII para o XIX, além de facilitar o entendimento de seu antigo funcionamento, o qual tinha atividade direcionada a produção de aguardente. Um dos rótulos produzidos no local foi a aguardente Rosa de Acyr Gonçalves, como podemos ver na imagem abaixo:

Figura 26 – Rótulo Aguardente de Cana Rosa



### 20.1.2.3 Fotografias

Figura 27 – Fotografias atuais Fazenda Engenho D'água



Fonte: Autora (2020)

#### 20.1.2.4 Diretrizes

Para a Fazenda Engenho D'água as diretrizes são a limpeza do entorno das ruínas, implementação das passarelas de acesso como no capítulo 20.3.4 e o píer flutuante como no capítulo 20.3.5, além das estruturas arquitetônicas presentes no capítulo 20.3.2 e 20.3.3.

### 20.1.3 Fazenda Serraria

#### 20.1.3.1 Situação

Figura 28 – Planta de situação Fazenda da Serraria



### 20.1.3.2 Histórico

Seu acesso é restritamente realizado por duas etapas, a primeira via marítima, e a segunda uma pequena trilha em meio a mata.

Pouco se tem relatos sobre a antiga Fazenda Serraria, não foi possível encontrar fotografias, desenhos e documentos que pudesse facilitar o entendimento de sua construção, além de um rótulo direcionando que sua atividade era a produção de aguardente.

Seu estado de conservação, está em total perda, possuindo apenas o inferno e roda d'água a vista, as demais ruínas se encontram em meio a vegetação.

Figura 29 – Rótulo Aguardente de Cana Serraria



### 20.1.3.3 Fotografias

Figura 30 – Fotografia atual da Fazenda Serraria



Fonte: Autora (2020)

#### 20.1.3.4 Diretrizes

Com um potencial ecológico além de histórico/arqueológico, o local consegue unir o vasto mangue que possui as suas margens, integrando com o cenário canavieiro que habitou por ali, sendo essa interligação possibilitada com acesso por píer flutuantes e passarelas, como apresentado no capítulo 20.3.4 e 20.3.5, e a implementação das estruturas arquitetônicas 20.3.2 e 20.3.3.

## 20.1.4 Fazenda do Fundão

### 20.1.4.1 Situação

Figura 31 – Planta de situação Fazenda do Fundão



#### 20.1.4.2 Histórico

Seu acesso pode ser realizado por via marítima ou por via terrestre pela BR-101, sentido Ubatuba.

Sua principal atividade sempre foi a produção de cachaça, sendo referência de boa qualidade, como comprovação, foi a primeira aguardente brasileira a receber uma medalha de honra a um produto em todo país, representando o município de Paraty em 1911 com a aguardente Azulada do Peroca. Peroca era o apelido de Pedro Erasmo de Alvarenga Corrêa, proprietário e destilador da fazenda.

Na fazenda havia dois prédios sendo uma construção de engenho de partido único, possuindo engenho, alambique e casa grande e o outro que funcionava como escola.

Figura 32 – Medalha em honra a aguardente Azuladinha do Peroca



Fonte: Museu de Artes Sacras de Paraty

Figura 33 – Rótulo Aguardente Azulada do Peroca



Fonte: Acervo Diuner Mello

### 20.1.4.3 Fotos antigas/atuais

Figura 34 – Fotografia Fazenda do Fundão



Fonte: Acervo Família Corrêa

Figura 35 – Fotografias atuais Fazenda do Fundão



Fonte: Autora (2020)

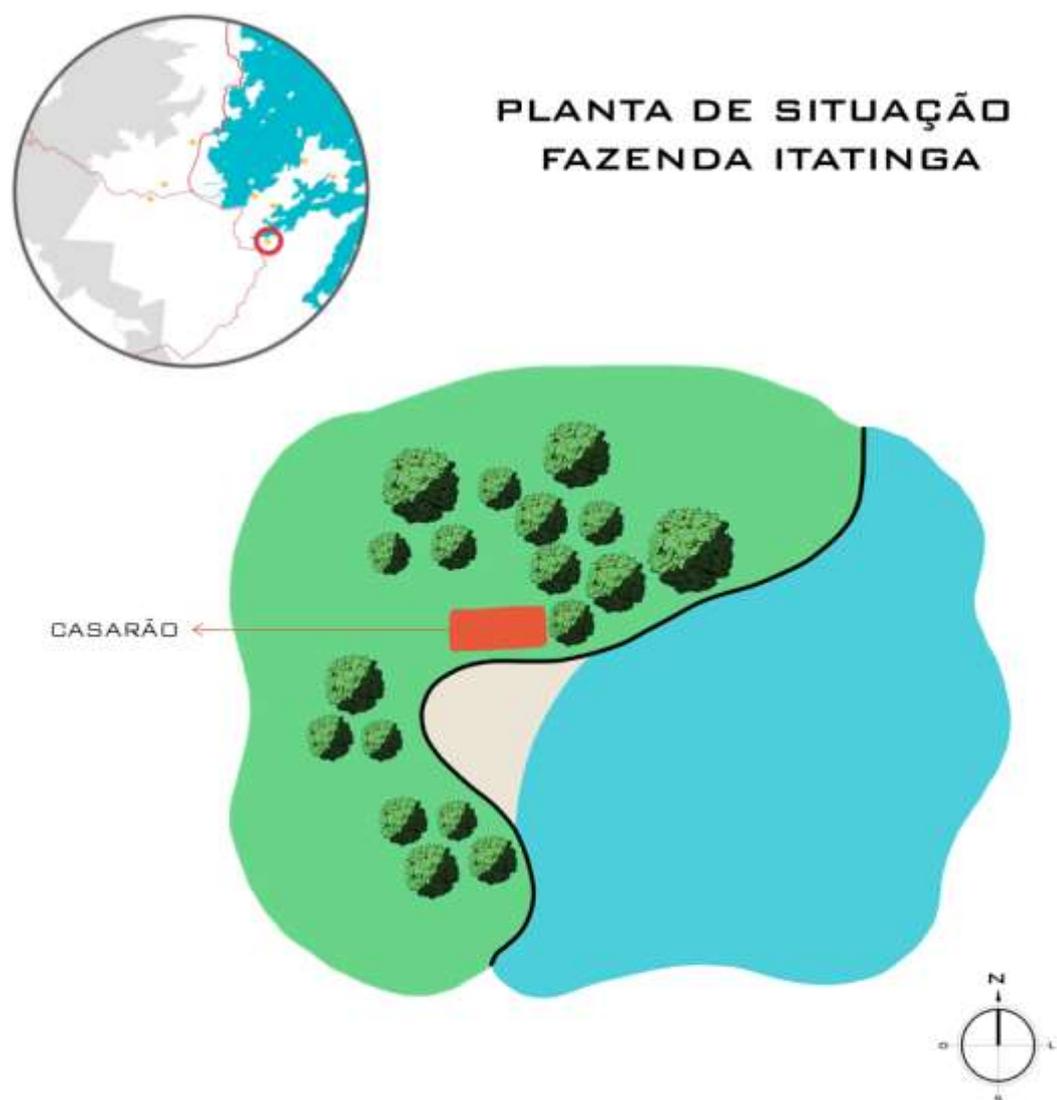
#### 20.1.4.4 Diretrizes

Para o local onde as ruínas se encontram mais preservadas e de fácil acesso, a proposta seria a implantação de passarelas entre elas para os devidos cuidados e preservação além de valorizar o local e tornar acessível as pessoas com dificuldade de mobilidade, tornando-se assim um parque arqueológico. Sendo necessária a implantação de píer flutuantes e passarelas, como apresentado no capítulo 20.3.4 e 20.3.5, e a implementação das estruturas arquitetônicas 20.3.2 e 20.3.3.

## 20.1.5 Fazenda Itatinga

### 20.1.5.1 Situação

Figura 36 – Planta de situação Fazenda Itatinga



### 20.1.5.2 Histórico

O acesso a fazenda pode ser feito por via terrestre, seguindo pela BR-101 sentido Ubatuba ou via marítima.

Sua construção é datada no fim do século XVIII, partido arquitetônico de engenho de partido único. Foi produtora de cachaça por sua longa trajetória, até se tornar uso residencial.

Este casarão foi moradia do poeta e vereador José Kleber, por muitos anos até a sua morte, hoje o seu uso é como casa de veraneio e se encontra em boa conservação, possuindo ainda a roda d'água em movimento.

Figura 37 – Rótulo Parati de Cana Roxa Itatinga



Fonte: Acervo Diunner Mello

### 20.1.5.3 Fotografias

Figura 38 – Fotografias atuais Fazenda Itatinga



Fonte: Diário do Centro do Mundo (2017)

#### 20.1.5.4 Diretrizes

A Fazenda Itatinga se encontra em perfeitas condições de uso, mas atualmente seu uso é para casa de veraneio, a proposta a ela seria a transformação do espaço em um memorial em homenagem a José Kebler, artista que tanto contribuiu para a cultura e história de nossa cidade. Sendo necessária a implementação de píer flutuante como no capítulo 20.3.5.

## 20.1.6 Fazenda Bom Retiro

### 20.1.6.1 Situação

Figura 39 – Planta de situação Fazenda Bom Retiro



#### 20.1.6.2 Histórico

Seu acesso pode ser feito pela BR-101, ou pela estrada municipal da Jabaquara, ambas em antigas terras das fazendas.

Datada na primeira metade do século XVIII, sua principal produção foi a aguardente. No século XIX, aproveitando o movimento do porto também produziu café, além de farinha de mandioca, feijão, milho e cana de açúcar, e possuiu criações de gado, suínos, aves e uma tropa de burros de carga ao longo da sua história.

Sua arquitetura é de engenho de partido único, contemplando sob o mesmo telhado, casa grande, engenho, alambique, roda d'água, a casa de farinha, parte das senzalas, e a casa do capataz, que mais tarde se transformou na escola, relata Rita Nazi, uma das herdeiras da Fazenda.

Sua preservação se encontra em estado regular, precisando ser realizado restauro, mas preserva ainda hoje as características originais do casarão. Infelizmente não possui mais a roda d'água e se encontra sem atividades.

20.1.6.3 Fotos antigas/atuais

Figura 40 – Fotografias Fazenda Bom Retiro



Fonte: Acervo Família Gama

Figura 41 – Fotografias atuais Fazenda Bom Retiro



Fonte: Acervo Família Gama

#### 20.1.6.4 Diretrizes

A Fazenda Bom Retiro se encontra em necessidade de restauro do casarão, podendo ser realizado com o intuito projetual destinado a um restaurante, fomentando e valorizando a gastronomia local, aproveitando o título de Cidade Gastronômica pela UNESCO recentemente recebido e totalmente ligado ao uso da cachaça. Além de um vasto espaço o local conta com fácil acesso, sendo próximo ao centro da cidade.

## 20.1.7 Fazenda Bananal

### 20.1.7.1 Situação

Figura 42 – Planta de situação Fazenda Bananal

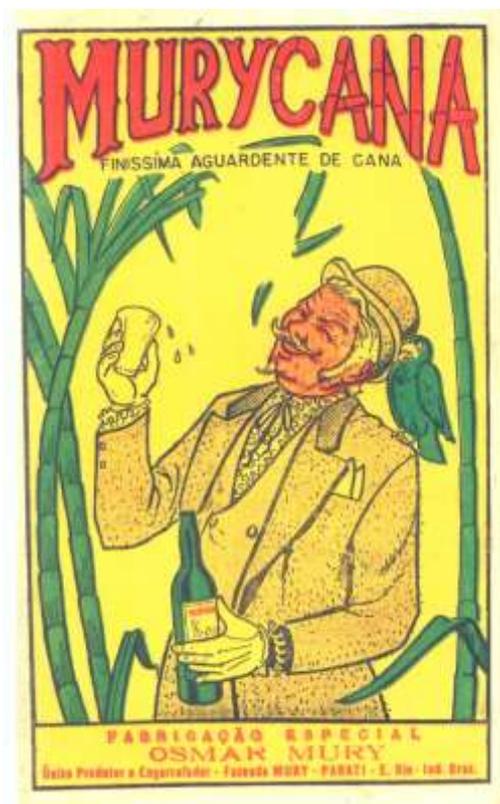


### 20.1.7.2 Histórico

Seu acesso deve ser realizado pela estrada Paraty-Cunha e posteriormente pela estrada Pedra Branca.

A Fazenda Bananal possui relatos desde o século XVII, sendo dividida em três construções, a mais antiga que era usada como sede hoje se encontra em ruínas, a segunda não possui relatos e a terceira é a qual está sendo estudada, uma construção do século XIX, sendo engenho de partido único. Atualmente restaurada e a única das oito em atividade hoje em dia, sendo o turismo. No passado ela já foi produtora de aguardente, mini zoológico e chamada de Fazenda Murycana, que deu nome à sua aguardente durante longos anos, além de propagar a história do ciclo canavieiro da região.

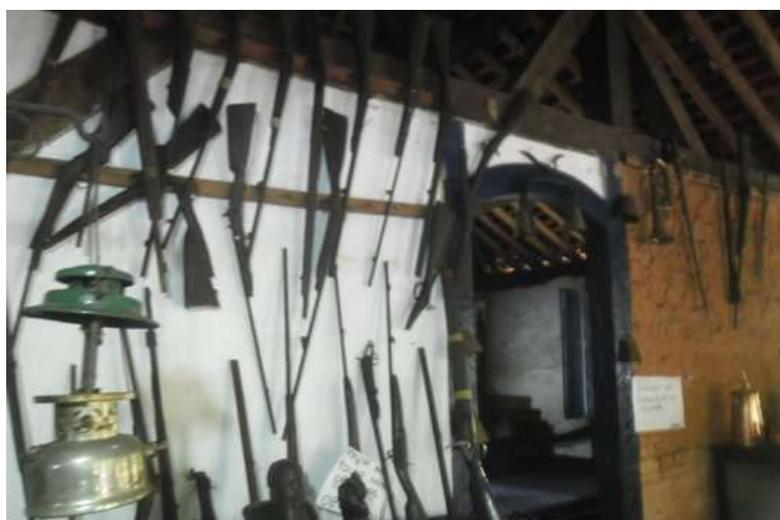
Figura 43 – Rótulo Aguardente dMurycana



Fonte: Acervo Diuner Mello

### 20.1.7.3 Fotografias

Figura 44 – Fotografias anterior ao restauro Fazenda Bananal



Fonte: Tripadvisor (2012)

Figura 45 – Fotografias atuais da Fazenda Bananal



Fonte: Autora (2020)

#### 20.1.7.4 Diretrizes

Como a Fazenda Bananal, se encontra recém restaurada e com novo uso, as diretrizes para o local junto as atividades atuais, seria a implantação de valorização a cultura canavieira, dando maior enfoque a produção de aguardente para qual a fazenda foi destinada durante muitos anos.

## 20.1.8 Fazenda Nossa Senhora da Conceição

### 20.1.8.1 Situação

Figura 46 – Planta de situação Fazenda Nossa Senhora da Conceição



#### 20.1.8.2 Histórico

O acesso a antiga Fazenda Nossa Senhora da Conceição, é realizado pela Estrada Paraty-Cunha e posteriormente a rua do Bananal.

Não se tem muitos relatos sobre a antiga fazenda em tempos de construção, mas sabemos que pertenceu a Dona Geral Maria da Silva, que antes de falecer deixou suas terras em doação para a Santa Casa municipal.

Ao final do século XIX, as terras da fazenda passam ser propriedade particular novamente, assim, uma família vai morar na casa e ateia fogo no altar que lá existia e dava nome a fazenda, como relatado em conversas com o historiador Diuner Mello. Desse acontecimento em diante muito foi se perdendo, chegando na situação atua de ser a fazenda estudada com menos características que ali foi um engenho, possuindo hoje apenas o inferno da roda d'água e poucos ruínas dos alicerces.

Seu entendimento quanto arquitetura foi realizado a partir de fotografias e levantamento arquitetônico pesquisado no Acervo Noronha Santos – IPHAN, chegando a conclusão ser um engenho de partido único.

### 20.1.8.3 Fotografias

Figura 47 – Fotos Fazenda Boa Vista - 1966





Fonte: Arquivo Noronha Santos – IPHAN

Figura 48 – Fotografias atuais Fazenda Nossa Senhora da Conceição



Fonte: Autora (2020)

#### 20.1.8.4 Diretrizes

Para a antiga Fazenda Nossa Senhora da Conceição, foi desenvolvido o projeto do Museu da Cachaça de Paraty, sendo pensado tanto para o público adulto quanto o infantil, mesmo tratando de um assunto alcoólico, foi discutido junto a educadores que tratando-se de uma abordagem dedicada a elas não teria problema algum, além de complementar o ensino possibilitando a educação patrimonial, assim sendo segue as seguintes diretrizes:

- Museu didático, tecnológico e interativo
- Acessibilidade motoras e visuais
- Legenda de obras em braile
- Peças tocáveis
- Audio visual narrativo e com libras
- Guias com domínio de libras
- Sinalização por todo museu, atentando-se ao sistema ColorADD
- Processo da produção de cachaça

## 20.2 MUSEU DA CACHAÇA DE PARATY

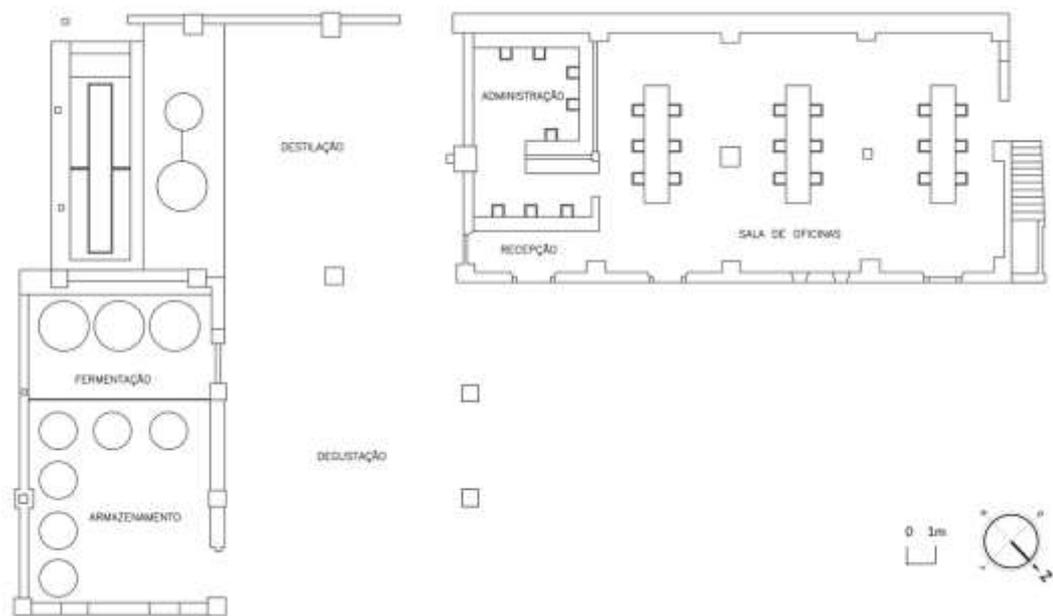
### 20.2.1 Implantação

Figura 49 – Implantação museu



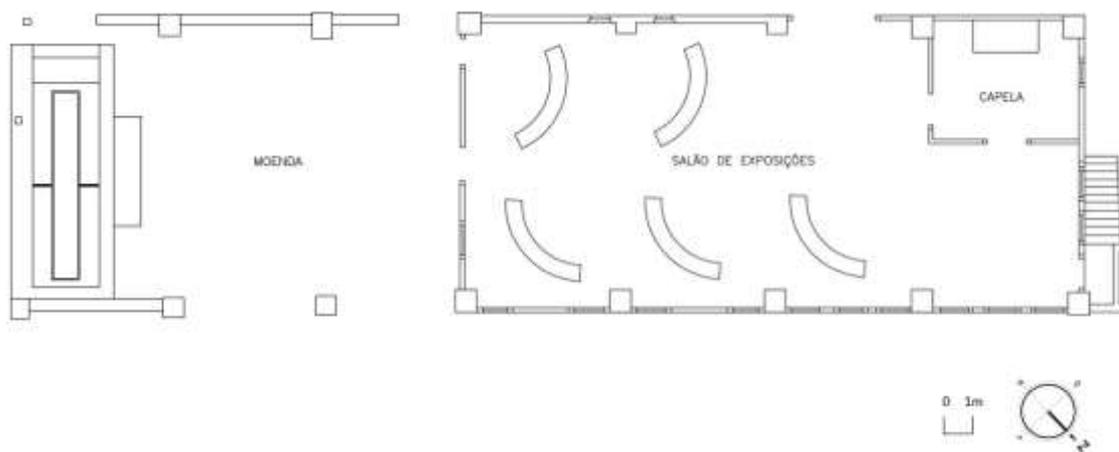
## 20.2.2 Planta

Figura 50 – Planta pavimento térreo museu



Fonte: Produção Autoral (2020)

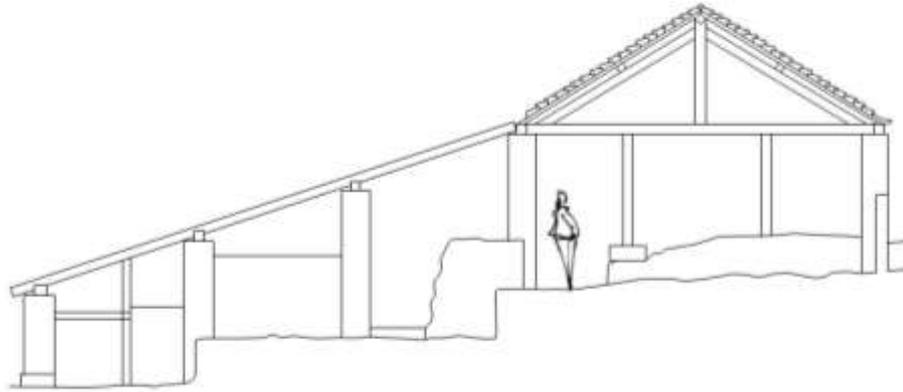
Figura 51 – Planta pavimento superior museu



Fonte: Produção Autoral (2020)

### 20.2.3 Corte

Figura 52 – Corte transversal museu



Fonte: Produção Autoral (2020)

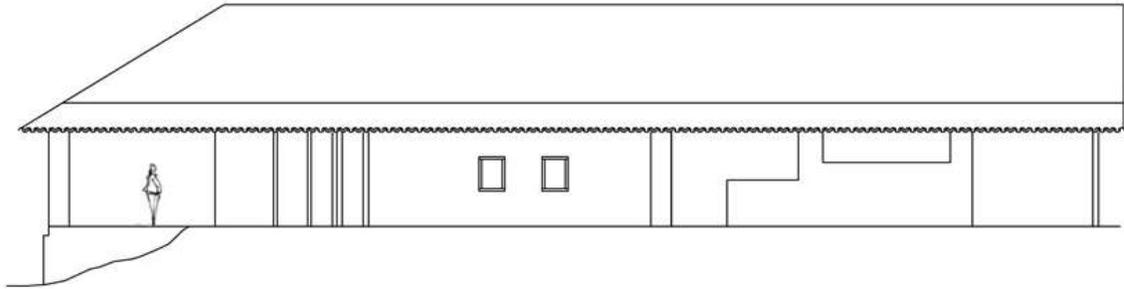
### 20.2.4 Fachadas

Figura 53 – Fachada Noroeste Museu



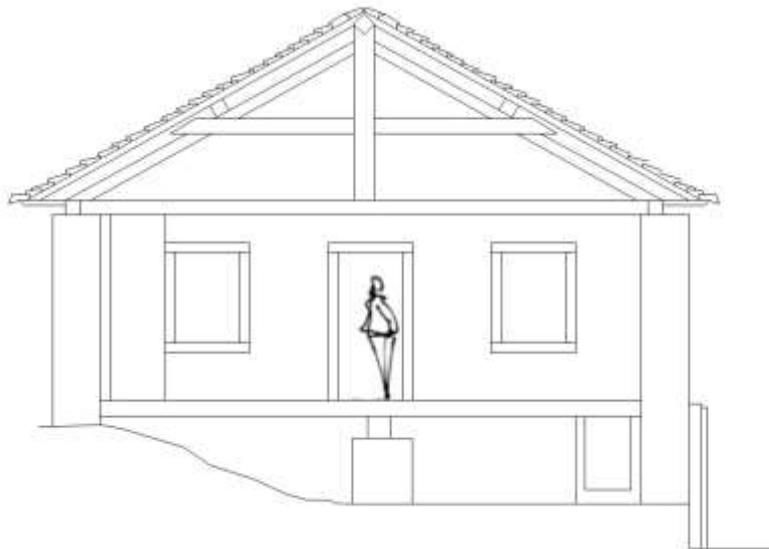
Fonte: Produção Autoral (2020)

Figura 54 – Fachada Sudoeste Museu



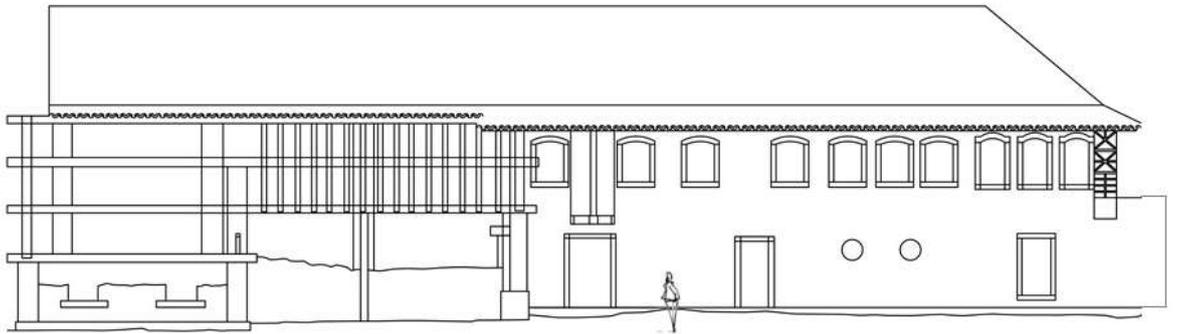
Fonte: Produção Autoral (2020)

Figura 55 – Fachada Sudeste Museu



Fonte: Produção Autoral (2020)

Figura 56 – Fachada Noroeste Museu



Fonte: Produção Autoral (2020)

### 20.2.5 Perspectiva

Figura 57 – Perspectiva do museu



Fonte: Produção Autoral (2020)

Figura 58 – Perspectiva do museu



Fonte: Produção Autoral (2020)

### 20.2.6 Anfiteatro



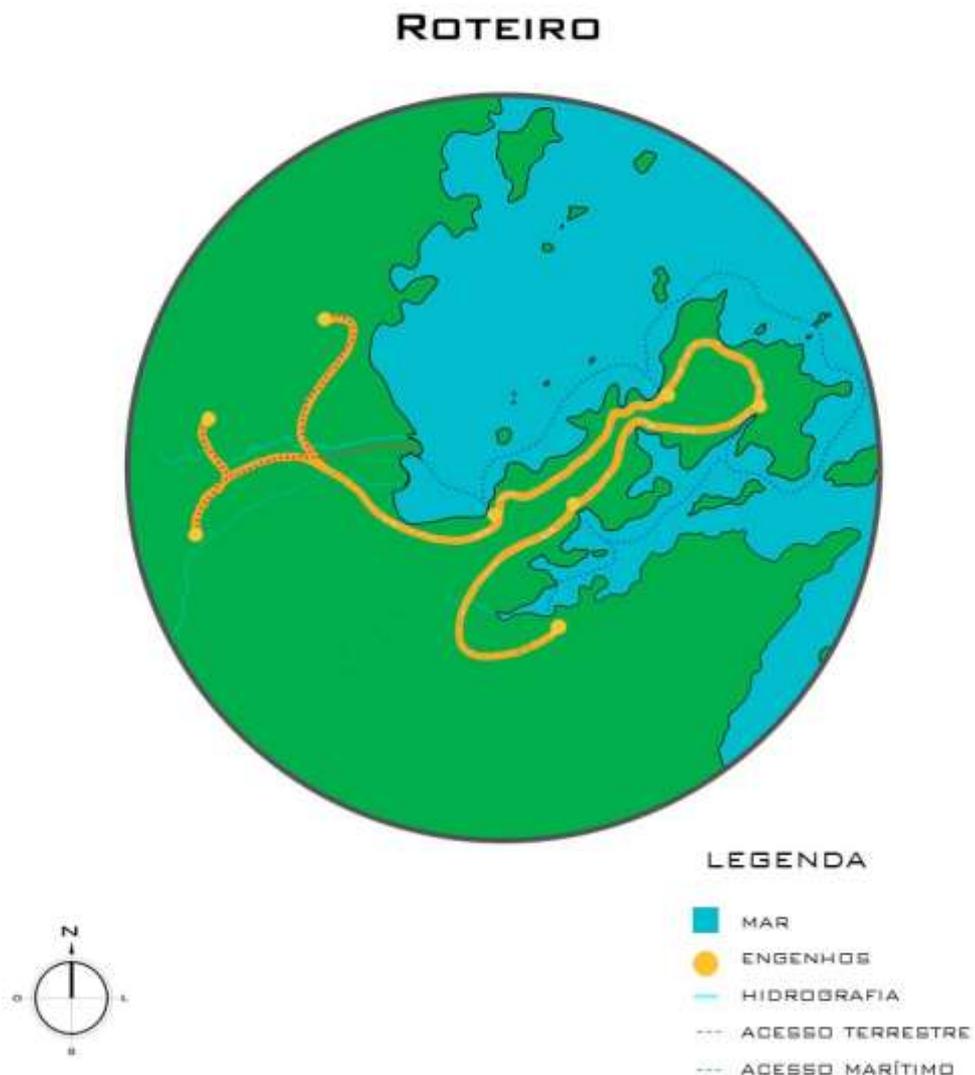
Fonte: Produção Autoral (2020)

### 20.3 ROTA TURISTICA

O projeto da rota turística foi pensado a fim de valorizar os engenhos desativados e dar uso cultural aos locais, podendo ser uma rota contínua de 66.2km ou visitas esporádicas entre elas.

O ponto de partida foi dado no cais de turismo, no centro histórico e finalizando na Fazenda Nossa Senhora da Conceição, onde será implementado o projeto do museu da cachaça de Paraty.

#### 20.3.1 Mapa roteiro

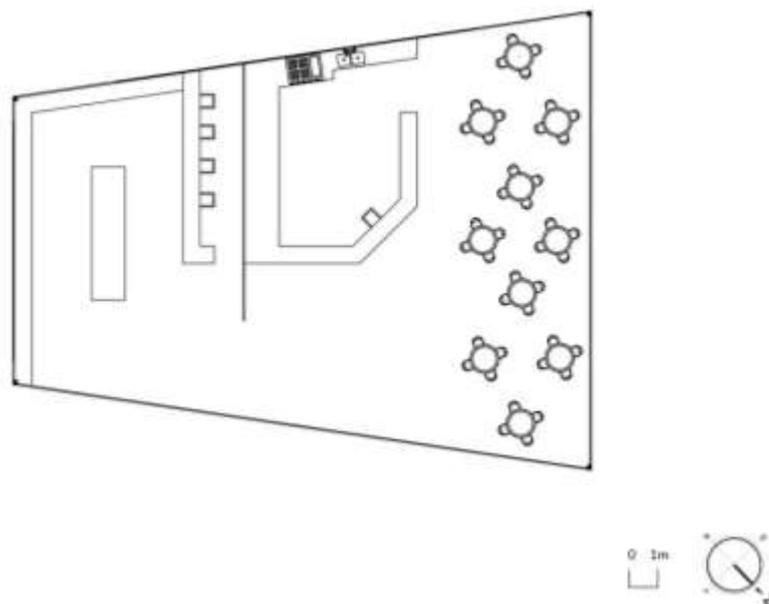


Fonte: Produção Autoral (2020)

### 20.3.2 Projeto armazém

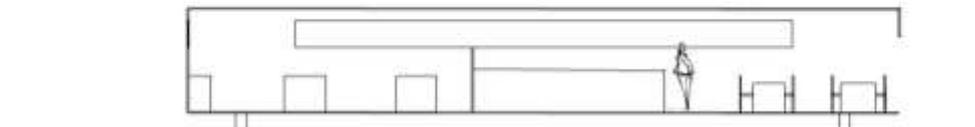
O projeto do armazém contempla uma loja e uma lanchonete como suporte aos turistas visitantes nas ruínas.

Figura 59 – Planta modelo armazém



Fonte: Produção Autoral (2020)

Figura 60 – Corte Longitudinal Armazém



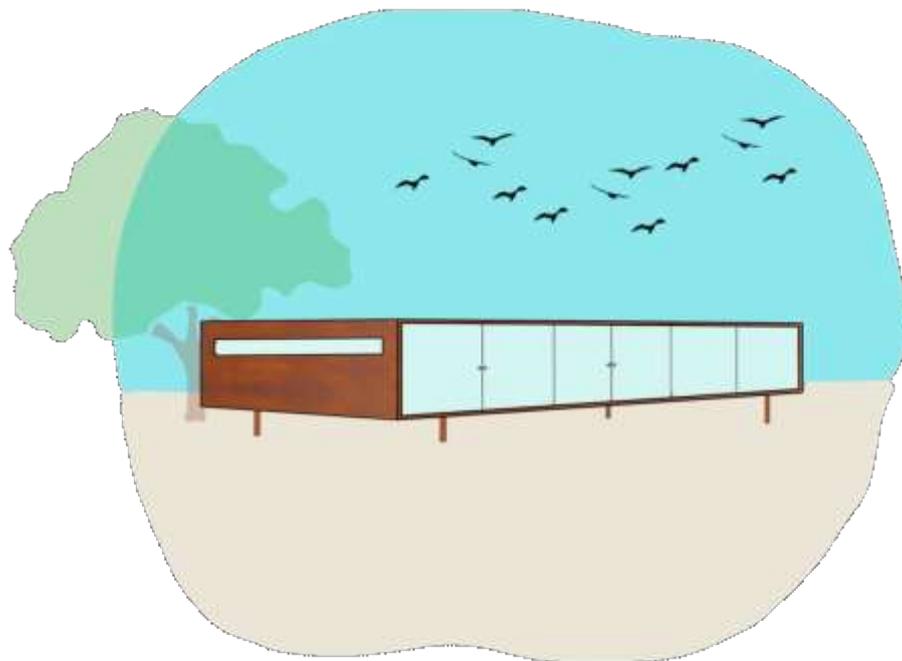
Fonte: Produção Autoral (2020)

Figura 61 – Corte Transversal Serviços



Fonte: Produção Autoral (2020)

Figura 62 – Perspectiva do armazém

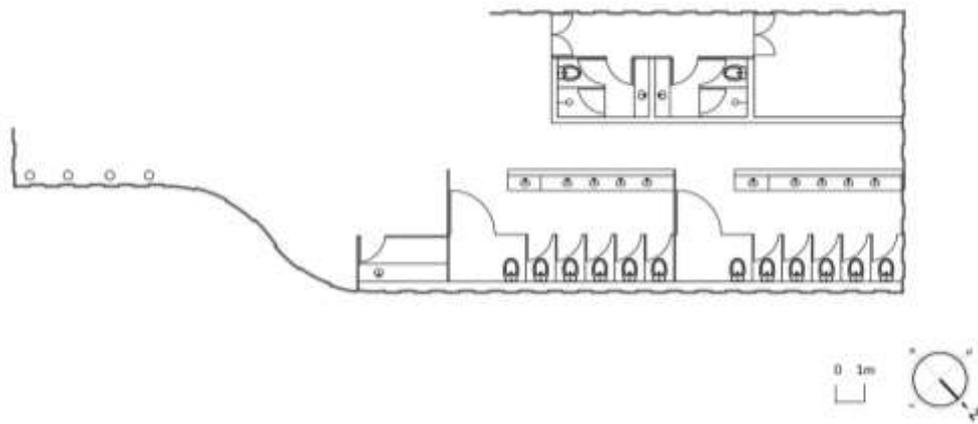


Fonte: Produção Autoral (2020)

### 20.3.3 Serviços

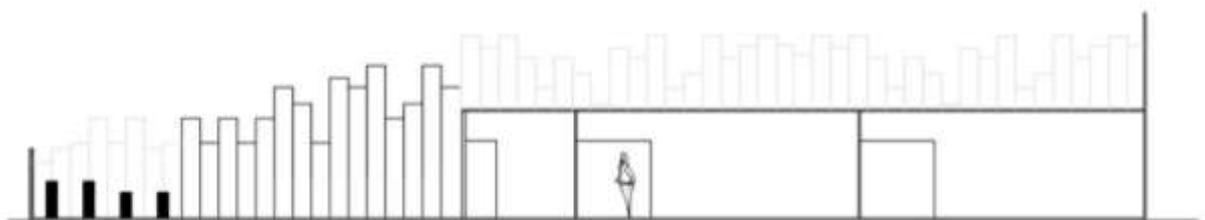
O projeto dos serviços abrange os sanitários feminino e masculino, fraldário, bebedouros, vestiários para funcionários e depósito. Olhando no contexto faz um papel de escultura, olhando em planta faz referência a uma garrafa de cachaça.

Figura 63 – Planta Modelo Serviços



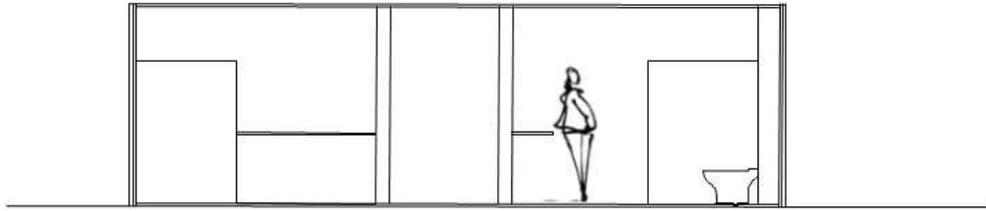
Fonte: Produção Autoral (2020)

Figura 64 – Corte Longitudinal Serviços



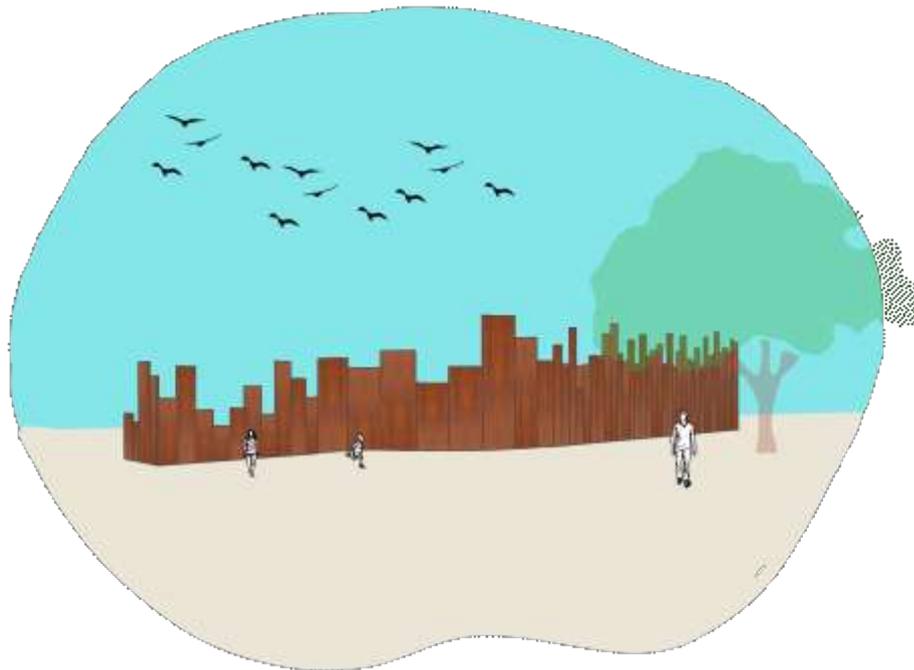
Fonte: Produção Autoral (2020)

Figura 65 – Corte Transversal Serviços



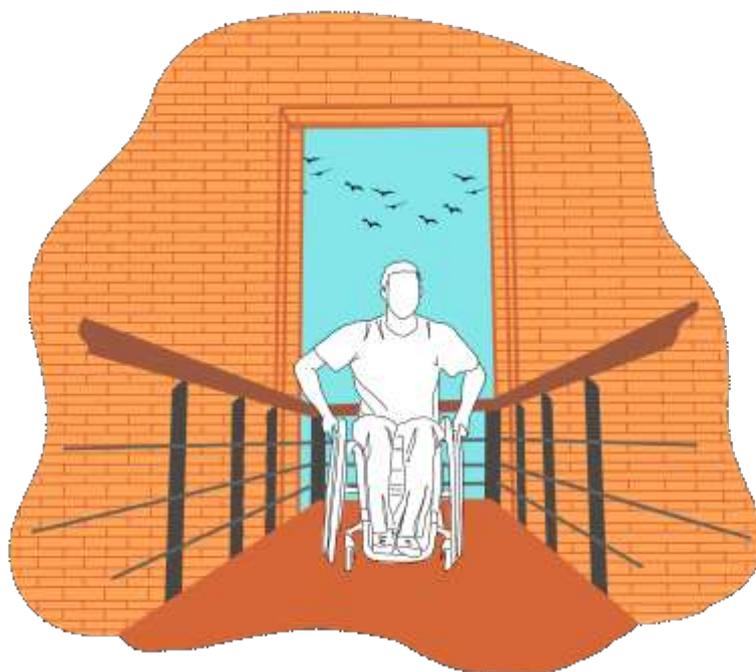
Fonte: Produção Autoral (2020)

Figura 66 – Perspectiva Serviços

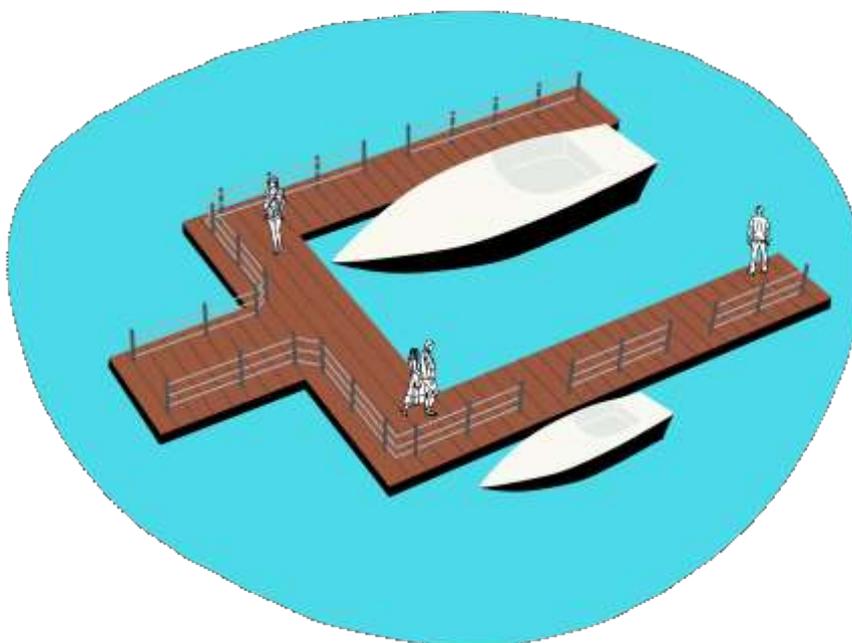


Fonte: Produção Autoral (2020)

### 20.3.4 Passarelas



### 20.3.5 Flutuantes



## **21. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com o tema escolhido para esse trabalho, memória das construções e ruínas de engenho de Paraty, abordamos a trajetória da produção de cachaça dos primórdios aos dias atuais, os diferentes momentos e conquistas no decorrer dos tempos, o desenvolvimento dos ciclos econômicos até chegar no turismo, e suas importâncias, baseado em acervos primários e teóricos renomados, analisamos a necessidade de políticas e ações para com a preservação e conservação do patrimônio.

Assim, tivemos embasamento teórico e conceitual para serem aplicados no desenvolvimento de diretrizes, projeto urbano com a rota turística e arquitetônico, projetando o museu da cachaça de Paraty, que foram apresentados neste trabalho.

## REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, Helen. **A cachaça como atrativo turístico em Paraty (RJ)**. Niterói-RJ. UFF, 2016.
- ALVES, Castro. **Navio Negroiro**. Virtual Books, 2000. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/virtualbooks/freebook/port/Lport2/navionegroiro.htm>> Acesso em: 25 maio 2020.
- ARAÚJO, Guilherme Maciel. **Os valores do patrimônio cultural**. Uma contribuição teórica para as políticas de conservação. **Arquitextos**, São Paulo, ano 13, n. 145.00, Vitruvius, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.145/4387>>. Acesso em: 27 de outubro de 2019.
- Carta de Pero Vaz de Caminha**. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/livros\\_eletronicos/carta.pdf](http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf)> acesso em: 23 de abril de 2020.
- CASCUDO, Luís Câmara. **Prelúdio da cachaça**. Belo Horizonte. Itatiaia, 1986.
- FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- FREIRE, Ernani. 1996 Parque das Ruínas. **EFarquitectos**. Disponível em: <<https://www.efarquitectos.com.br/following/efarquitectos.com.br/1996-PARQUE-DAS-RUINAS>>. Acesso em 26 abril de 2020.
- FREYRE, Gilberto. **A presença do açúcar na formação brasileira**. Rio de Janeiro. Ed. Coleção Canavieira, 1975.
- FREYRE, Gilberto. **Açúcar: uma sociologia do doce, com receitas de bolos do Nordeste do Brasil**. 5 ed. São Paulo. Global, 2012.
- GAMA, Ruy. **Engenho e Tecnologia**. São Paulo: Duas Cidades, 1983.
- GOMES, Geraldo. **Engenho e Arquitetura**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2006.
- HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: La mémoire collective.
- IPHAN - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cartas Patrimoniais. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=17575&sigla=Institucional&reto>>

rno=paginaInstitucional>. Acesso em: 04 de abril de 2020.

IPHAN - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Carta de Atenas. 1931.

Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=232>>. Acesso em: 04

de abril de 2020.

IPHAN - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Carta de Atenas II. 1933.

Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233>>. Acesso em: 04

de abril de 2020.

IPHAN - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Carta de Veneza. 1964.

Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>>. Acesso em: 04

de abril de 2020.

IPHAN - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Carta do Restauro. 1972.

Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=242>>. Acesso em: 04

de abril de 2020.

IPHAN - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Carta do Turismo Cultural.

1976. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=248>>. Acesso

em: 04 de abril de 2020.

ICMBIO. Plano de Manejo APA Cairucu. Disponível em:

<<https://www.icmbio.gov.br/cairucu/plano-de-manejo.html>>. Acesso em: 05 de abril de 2020.

IPHAN. **São Miguel das Missões (RS)**. disponível em: <  
<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/292> >. Acesso em: 21 de abril de 2020.

KUAZAQUI, E. **Marketing Turístico e de Hospitalidade**. São Paulo. Makron Books, 2002.

LADEIRA, Leandro. Parque das Ruínas – Uma ponte entre passado e presente em Santa Teresa.  
**Rio & Cultura**. Disponível em: <  
[http://www.rioecultura.com.br/coluna\\_patrimonio/coluna\\_patrimonio.asp?patrim\\_cod=88](http://www.rioecultura.com.br/coluna_patrimonio/coluna_patrimonio.asp?patrim_cod=88)>.  
Acesso em: 26 de abril de 2020.

LEMONS, Carlos A. C. **Casa Paulista**. São Paulo. Edusp, 1999.

LYRA, Cyro Correa. A importância do uso na preservação da obra de arquitetura. **Revista Arte e Ensaio**. Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais EBA/ UFRJ, ano XIII, n. 13, 2006, p. 53-57. Disponível em:< [https://www.ppgav.eba.ufrj.br/wp-content/uploads/2012/01/ae13\\_cyro\\_lyra.pdf](https://www.ppgav.eba.ufrj.br/wp-content/uploads/2012/01/ae13_cyro_lyra.pdf) > Acesso em: 27 de outubro de 2019.

MAIA, Thereza; MAIA, Tom. Do Rio a Santos – **Velho Litoral**. 1ª edição, Editora da USP e Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1977.

MARQUES, Camila M. **Dimensões de um patrimônio: significados e silenciamentos na história da cachaça – Paraty, fins do século XVIII a meados do XIX**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 2017.

MEDDLETON, Victor T.C. **Marketing de turismo: teoria e prática**. 3 ed. São Paulo. Campus, 2002.

MELLO, Diuner. **Paraty Estudante**. 2a Ed. Angra do Reis: Gráfica Freitas, 2009.

MENEZES, Catarina A.; MUNIZ, Bianca M.; SILVA, Maria Angélica. **Os engenhos de açúcar e a construção do patrimônio cultural alagoano**. Alagoas.

PAES, Maria Tereza D. Trajetórias do patrimônio cultural e os sentidos dos seus usos em Paraty (RJ). **Revista Interdisciplinar Cultural**, Campinas-SP, 2015.

PEREIRA, Paulo Roberto. **500 anos de Brasil**. Rio de Janeiro. Fundação Biblioteca Nacional, 2000.

RAMECK, Maria José S.; MELLO, Diuner. **Roteiro Documental do Acervo Público de Paraty – séculos XVIII, XIX e XX**. Vol. 2. Paraty. Instituto Histórico e Artístico de Paraty, 2011.

REIS, Nestor Goulart. Os engenhos da baixada santista e os do litoral norte de São Paulo. **Revista USP**, nº 41, São Paulo, março / maio 1989.

RICHSHOFFER, Ambrósio. **Diário de um soldado da Companhia das Índias Occidentaes (1629-1632)**. Recife. Laemmert & comp., 1897. Disponível em: <<https://archive.org/details/diariodeumsolda00richgoog>> Acesso em: 20 maio 2020.

RODRIGUES, Angela Rosch. **Ruína e Patrimônio Cultural no Brasil**. São Paulo, 2017.

SOUSA, Gabriel Soares. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1938.

SOUTO MAIOR, Mario. **Dicionário folclórico da cachaça**. 2 ed. Recife. Massanaga, 1980.

SOUZA, Marina de Mello e. **Paraty a cidade e as festas**. Rio de Janeiro. UFRJ, 1994.